

PAULINO BARBOSA

As Ilhas que Bailam

Uma Viagem Pela Memória dos
Guardiões do Tempo do Bailique

Macapá-AP
2015

PAULINO BARBOSA

As Ilhas que Bailam

Uma Viagem Pela Memória dos
Guardiões do Tempo do Bailique

Macapá-AP
2015

BARBOSA, Paulino
As Ilhas que Bailam: Uma Viagem Pela Memória dos Guardiões do
Tempo do Bailique/Paulino Barbosa. - 1ª Ed. - Macapá - AP, 2015

FICHA TÉCNICA

Autor: Paulino Rocha Barbosa

Capa: Paulino Rocha Barbosa

Revisão Ortográfica: Elisabete Ramos

Diagramação: Max Gabriel Penha

“Esta obra é dedicada à memória de Raimundo dos Santos, o Segé, nosso
personagem falecido durante a produção deste livro”.

SUMÁRIO

PARTE I	CAPÍTULO I: Descendo o Rio-Mar-----pg 11
UM IMPÉRIO PORTUGUÊS	CAPÍTULO II: Feitorias-----pg 15
	CAPÍTULO III: Império Português-----pg 18
	CAPÍTULO IV: Peixe - ouro-----pg 22
	CAPÍTULO V: O Ciclo do Carço-----pg 28
	CAPÍTULO VI: O Fim do Império Português--pg 32
PARTE II	CAPÍTULO VII: Rádio - cipó-----pg 36
JEITO BAILIQUIENSE	CAPÍTULO VIII: Povo festeiro-----pg 41
	CAPÍTULO IX: Namoro às antigas-----pg 47
	CAPÍTULO X: O “Petróleo” Bailiquiense-----pg 50
	CAPÍTULO XI: Montarias Ribeirinhas-----pg 55
	CAPÍTULO XII: O Ciclo do Caranguejo-----pg 59
PARTE III	CAPÍTULO XIII: Uma Vila Progresso-----pg 65
UMA VILA PROGRESSO	CAPÍTULO XIV: O Salvador Bailiquiense-----pg 70
	CAPÍTULO XV: A Legião-----pg 75
	CAPÍTULO XVI: Educação Ribeirinha-----pg 81
	CAPÍTULO XVII: Nas Ondas da Rádio-----pg 87
	CAPÍTULO XX: Novos e Velhos Tempos-----pg 93

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus pelo presente da vida e à minha família que me ajuda a cuidar dela. Também agradeço a todos os meus amigos que comungaram da realização deste projeto, em especial aos amigos Max Gabriel e Elisabete Ramos, pela importante contribuição na realização deste. Aos professores do Colegiado de Jornalismo, em especial ao meu orientador, Antonio Carlos Sardinha, pelo competente trabalho. E também aos personagens deste livro que me ajudaram a construir esta grande narrativa.

SOBRE O AUTOR

PAULINO ROCHA BARBOSA, bailiquiense, servidor público, possui formação em Contabilidade, Magistério e Pedagogia. Atualmente é acadêmico do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

Escolheu produzir um projeto experimental como Trabalho de Conclusão de Curso como uma oportunidade de pôr em prática os conhecimentos adquiridos na academia. E o Livro-reportagem surgiu como uma alternativa para a exploração tanto dos recursos jornalísticos quanto ao propósito temático que é a produção de uma grande reportagem sobre o Arquipélago do Bailique.

APRESENTAÇÃO

Sempre que aportamos na região do Bailique sentimos necessidade de conhecer aquela paisagem muito além de sua aparência natural e exuberante. Por trás de rios, florestas e casas ribeiras que encantam, existe um povo de história e cultura que também conta. Uma realidade impossível de captar apenas com olhares admirados ou com a lente de uma câmera. Histórias guardadas na memória de quem ali nasceu ou chegou para viver.

E são essas histórias que buscaremos contar neste Livro-reportagem. Por meio dos nossos personagens viajaremos pelos mais remotos momentos da história do Bailique, contados por aqueles que viveram ou ouviram alguém contar. E esses fragmentos, constituídos de olhares, muitas vezes pessoais, formarão o conteúdo desta grande reportagem. Uma reportagem que pretende se servir dos vários recursos, métodos e técnicas jornalísticas para contar essa grande e inédita narrativa de uma forma leve e clara e, assim, acessível não só à academia, mas também ao grande público.

Sendo um Projeto Experimental produzido como trabalho de conclusão do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá – Unifap, o presente livro pretende ser uma contribuição para o registro escrito da história do Bailique. Uma história que tem sido transmitida e contada oralmente e que, por isso mesmo, parte dela tem se perdido no tempo. Trata-se da história de um povo que sempre primou pelo diálogo como instrumento de vivência e sobrevivência. E que, por isso, seus feitos e ensinamentos têm sido transmitidos oralmente ao longo do tempo.

Só que nos últimos anos esse processo de transmissão da história do Arquipélago do Bailique para as futuras gerações parece ter sofrido ruídos e interrompido seu curso natural. As pessoas que guardam ou guardavam esses tesouros históricos, “os guardiões do tempo do Bailique”, estão envelhecendo e morrendo. E levando junto toda essa memória para seus túmulos. Ficando para as futuras gerações apenas vestígios de um tempo que nunca voltará ou será reconstituído em sua totalidade. Uma história que precisa ser pesquisada e divulgada para ser conhecida e para que devolva àquele povo sua verdadeira essência.

O livro é constituído de três partes, formadas por seis capítulos cada uma. Na primeira parte, contaremos os primeiros tempos do Bailique, da sua ocupação até a formação do grande Império construído pelo português Diógenes Lamas e que passou a mediar a vida do povo bailiquiense. A

segunda parte relata os aspectos culturais e o modo de ser e viver daquele povo ao longo do tempo. E finalizando, a terceira parte aborda o jogo de poder e a ação política construída pelo e para o povo daquela região. As três partes juntas, com seus enfoques, ajudarão o leitor a entender a dimensão histórica, política, social e cultural do povo bailiquiense.

Uma região constituída por um povo que atravessou o Rio Amazonas seguindo os cardumes. Gente que se acampou nas feitorias para depois trazer e constituir família nessa nova terra, trazendo seus costumes, mas que não deixou de criar novos laços, novas relações que o identifica hoje como povo bailiquiense. Gente morena, que carrega na pele a cor das águas dos rios, justamente os rios que lhes dão vida. Gente que possui uma íntima relação com a natureza, pois ela está presente em tudo o que fazem. Gente binominal que guarda seu nome de batismo na gaveta e carrega o seu apelido popular. Gente de fé, que tem nas festas de santo sua maior manifestação cultural. Gente que ainda respira ar puro e se alimenta do “petróleo” amazônico, a maior referência da culinária local. Gente que luta, que ganha e perde, mas que não deixa de acreditar em um futuro melhor para seus filhos.

Não temos a pretensão de defender uma reportagem neutra e objetiva da realidade do Bailique, pois a própria escolha dos enfoques e dos personagens já constitui um processo de seleção baseado na percepção deste autor. Por isso, buscaremos ser fiéis aos relatos e fontes consultadas que também revelam um determinado ponto de vista. No entanto, o aprofundamento dos fatos, a investigação, aliada às técnicas de jornalismo, representam o nosso compromisso com a busca da veracidade dos fatos e podem trazer vestígios iniciais que contribuirão para a continuidade dos debates aqui iniciados. As contradições e pontos de vista contrários aos fatos aqui narrados servirão como motivação para novos estudos, a fim de se chegar ao mais próximo possível da história e da realidade do povo bailiquiense.

PARTE I

IMPÉRIO PORTUGUÊS

●●● CAPÍTULO I : DESCENDO O RIO-MAR



RIO AMAZONAS: principal rota de entrada e saída ao Arquipélago do Bailique

Canal do Jandiá, Macapá, Estado do Amapá. Já passam das 20h do dia 1º de outubro de 2014 quando o comandante do barco União põe o motor para roncar. É o primeiro sinal da partida. A água está cheia, é chegada a preamar. Os últimos passageiros ainda procuram uma fresta entre as redes para se acomodar. Lá fora, o gigante amazônico parece acordar. As rajadas de vento provocam as ondas, e estas, em resposta, começam a bailar. O barulho é intenso e chega a amedrontar. Mas quem pretende ir ao Bailique, desse desafio não pode escapar. A viagem de barco é um dos poucos meios de transporte para o arquipélago. Diariamente, dezenas e até centenas de passageiros disputam lugar com as mercadorias nos barcos que chegam ou partem da cidade rumo ao Bailique.

A viagem dura aproximadamente 12h, descendo o Rio Amazonas, até à sua foz. Saindo de Macapá, passamos pelo litoral do Município de Itaubal, para em seguida, entrar novamente em terras macapaenses e finalmente chegar ao Bailique. Mas enquanto ao destino não se chega, é preciso navegar, cortando as bravas ondas, que nos impedem de deitar. O balanço é tão intenso que dormir, nem pensar. As redes se chocam uma na outra, é

preciso levantar. O jeito é gastar o tempo sentado, olhando a imensidão escura do mar. Lá fora, avistamos alguns focos de luzes. Parecem vagalumes bailando no ar. São os barquinhos que vem e que vão, dançando conforme o ritmo do mar.

Ainda é madrugada quando as maresias começam a acalmar. Este é o sinal de que estamos adentrando as ilhas bailiquienses. Depois de 9h de viagem e percorrido cerca de 150 km estamos em águas tranquilas. Ali, no centro das ilhas, cercados pelas florestas, os rios são mais calmos. É o momento de procurar a rede e aproveitar as últimas horas da noite para tirar um cochilo.

O Arquipélago do Bailique é um distrito de Macapá formado por oito ilhas e mais uma parte do continente denominada de Terra Grande. E a que nos dá boas-vindas é a Ilha do Curuá, localizada à direita do canal de entrada para o arquipélago. Ela tem esse nome porque foi habitada pelos índios curuás. E é ali que fica a Comunidade do Itamatatuba, nossa primeira parada para descarregar mercadorias e deixar passageiros. E assim se sucede o mesmo ritual todas as vezes que passamos por um povoado.

O bailiquiense Manoel do Socorro (53) conta que sempre ouvia de seu pai, Armando da Silva, que antigamente o Bailique não era arquipélago e nem tinha esse nome. Bailique era o nome de uma das ilhas daquela região que ganhou essa denominação por conta dos índios bailiques que habitavam o local. As ilhas não eram integradas, cada uma tinha existência própria e eram isoladas por imensos canais. Quando foram unidas e constituídas num único arquipélago, este ganhou o nome de uma delas, o Arquipélago do Bailique. Segundo Edgar Rodrigues, historiador amapaense, o vocábulo Bailique é uma mistura do nheengatu (uma espécie de tupi jesuítico), com o Karib e significa “O doce (Ique) bailado (baili, baile) dos pássaros (Illiq): O doce bailado dos pássaros”.

Além das ilhas do Bailique e Curuá, o arquipélago também é formado pelas ilhas do Marinheiro, Faustino, Brigue, Franco, Ilha do Meio e Parazinho. As duas últimas não possuem comunidades. A Ilha do Meio é uma pequena área particular não habitada e o Parazinho é uma reserva biológica, onde moram apenas os seguranças do local. Nas outras seis, viviam até o ano de 2010, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 7.618 habitantes, ocupando 1.838 residências nas 52 comunidades e inúmeros povoados que formam o arquipélago. A população bailiquiense corresponde a apenas 1,91% da população da capital amapaense e 1,14% da população do Estado do Amapá. Das 52 comunidades existentes, 36 são declaradas católicas e são assistidas pelo Diácono bailiquiense Benedito Mota Rocha que desenvolve suas atividades de missionário na região há 24 anos.

Voltando a nossa viagem, depois da primeira parada do barco, na Comunidade do Itamatatuba, navegamos mais de 3h contornando a Ilha do Curuá para chegar ao nosso destino final, a Vila Progresso, na Ilha do Marinheiro. É o fim da linha, mas não do Bailique. Estamos apenas no centro do arquipélago. A Vila Progresso é a comunidade mais estruturada da região. Por isso é a sede do distrito. Ali estão os principais comércios e serviços públicos do local. É também a comunidade mais populosa e estratégica do arquipélago. Pelos dados do IBGE, até o ano de 2010, viviam ali, 1.482 habitantes.

Com o barco já ancorado, é hora de saltar as malas e começar uma nova viagem, mas dessa vez não será de barco. Será uma viagem no tempo, pegando carona na memória dos habitantes mais ilustres daquele lugar. São os “Guardiões do Tempo”, um tempo que só existe na memória de quem, até hoje, viveu para contar. Um tesouro que tem sido enterrado, sem mapa, a cada corpo soterrado pela mesma terra que o ajudou a produzir. Uma história que a nova geração desconhece, mas que está implícita na sua identidade enquanto povo bailiquiense.

E foi atrás dessa história que descemos o rio-mar. Não temos a pretensão de navegar por lugares estranhos, ressuscitar cadáveres ou nos debruçar em pergaminhos históricos. Nossos personagens são reais e tomarão o leme dessa viagem e nos conduzirão por caminhos vividos. A experiência de vida é o único passaporte exigido. E a história que contaremos pode não ser a história do Bailique, mas é a história que coube aos nossos personagens registrarem na memória. Jamais daremos conta de contar o Bailique, em toda a sua trajetória e dimensão. Nosso desafio é outro, é buscar olhares, recortes e tentar ampliá-los, ao máximo, para que possamos tecer um registro escrito mais aproximado possível da história do Arquipélago do Bailique.

E falar da história do Arquipélago do Bailique é encontrar na memória da comunidade a figura do português Diógenes Lamas. Considerado o maior empresário da história do Bailique, Diógenes chegou ao arquipélago ainda garoto. Fez fortuna com a exploração da pesca, caça e extrativismo vegetal. Por ter monopolizado o comércio dos recursos naturais na região e por ser o único comerciante a abastecer de mercadorias o povo bailiquiense, Diógenes tornou-se muito mais do que empresário, foi um grande líder para a população local.

Na falta de gestores públicos e lideranças comunitárias, abarcou para si esta responsabilidade. Buscava preencher a falta de serviços públicos no arquipélago, constituindo mercado para os produtos locais. Dessa forma, assistia o povo bailiquiense comprando seus produtos e em troca recebia todo esse recurso de volta com a venda de produtos manufaturados.

Segundo Paulo Cambraia, historiador amapaense e professor de História da Amazônia da Universidade Federal do Amapá, que desenvolveu sua tese de mestrado estudando os regatões da Amazônia, “o que marca essas regiões é exatamente a ausência do estado”. Ele diz que as regiões ribeirinhas, com seu ritmo nômade, sempre foram vistas como sinônimos de atraso. Por isso, sempre ficaram alijadas das políticas públicas de desenvolvimento da região amazônica, que priorizavam a formação de centros urbanos. Ou seja, priorizava-se a cidade como sinônimo de modernidade e desenvolvimento em detrimento dos rios que significavam o atraso. “E aí, como o Estado está ausente nos serviços mais básicos dessas regiões, como transporte, alimentação, saneamento básico, saúde; surgem sujeitos, surgem entidades, instituições particulares com investimentos privados que acabam por suprir isso”.

E foi neste contexto que o português Diógenes Lamas conseguiu constituir seu império. Se fazendo valer da mão de obra e riquezas locais e ainda conquistando a simpatia e admiração de seus súditos, o povo bailiquiense. Paulo Cambraia acredita que não se trata apenas de uma relação de exploração. Nesta relação entre explorador e explorados houve também um processo de negociação, de trapaça, de ambos os lados, como veremos nos próximos capítulos. Mas antes vamos procurar saber como o Bailique se formou, sua ocupação e como tornou-se palco do grande império português.

●●● CAPÍTULO II: FEITORIAS



CASA DE PESCADOR: barco e utensílios de pesca fazem parte da paisagem

Se o Rio Amazonas fosse humano, com certeza teria muitos motivos para se orgulhar. Seria cortejado por homens, mulheres e crianças, pois ele encanta a todos com sua grandeza e beleza. Seria um grande guerreiro, já que sua grandeza causaria temor em qualquer adversário. Mas também seria feito de muita bondade, pois tem levado alimento e vida a milhares de pessoas, sem nada cobrar. Se viver em suas margens já é um privilégio, imagine compartilhar o seu encontro com o mar. E foi desse encontro das águas, que surgiu o remanso, um ninho ideal para a natureza procriar. Ali, as águas morenas perderam a força e depositaram seus sedimentos no fundo do mar. E eis que aos poucos, surgem os primeiros torrões de terra, oferecendo vida a quem ali pudesse chegar. Nasciam, então, as ilhas bailiquienses.

Como ninguém apareceu de imediato, as ilhas trataram de se cuidar. Cresceram, amadureceram e se prepararam para os pretendentes. Estando na entrada do maior rio do mundo, o Rio Amazonas, elas tinham uma visão privilegiada de qualquer um que por ali passasse. E passaram piratas, estrangeiros, mas não se interessaram. Até mesmo os índios que por ali habi-

taram, não ficaram para contar sua história. Apenas os pescadores tiveram a honra de permanecer eternos na vida daquelas ilhas.

As costas amapaenses sempre foram riquíssimas em peixes, o que atraía muitos pescadores, principalmente dos estados vizinhos, como o Pará. E correndo atrás dos cardumes ou para abastecer-se de água doce, muitos deles aportavam o litoral amapaense e entravam no Rio Amazonas. E foi assim que encontraram as ilhas do Bailique. Terra nova, isolada e virgem, pronta para ser ocupada. Ali ergueram as primeiras feitorias, que eram cabanas construídas às margens do oceano com recursos naturais para salgar e secar o peixe, antes do retorno para casa. Só que antes que percebessem, já estavam em casa. Logo as feitorias tornaram-se casas e as ilhas já não seriam apenas visitadas, seriam a morada eterna de muitos pescadores.

Para Paulo Cambraia, professor e historiador da Unifap, a formação desses povoados está relacionada ao histórico abandono da região amazônica pelo Estado. "Foi assim durante a formação do império, tanto que um dos maiores movimentos de contestação, do estado imperial, aconteceu exatamente na Amazônia, que foi a cabanagem. E você tem um momento da cabanagem que tinha muito dessas ilhas, dessas áreas, onde a ocupação se acelerou por conta do processo cabano. Muitos cabanos, pescadores, fugiam de Belém, principalmente de Abaeté, Vigia, eles fugiam desses lugares para se estabelecer em outras regiões, entre elas, o Bailique".

As primeiras famílias bailiquienses vieram dos municípios paraenses, principalmente da Vigia. As pessoas iam chegando, aportando, traziam ou formavam famílias. E assim foram surgindo os primeiros bailiquienses natos. "Aqui era uma terra abandonada, sem dono, e eles foram se apossando, trazendo e constituindo famílias, até começar a povoação do Bailique". Essa é a versão do pescador Benedito dos Santos (83) sobre a origem da ocupação do Bailique. Benedito, assim como Manoel do Socorro, Júlio Queiroz, João Barbosa, Maria Orminda, Manoel Queiroz, Raimundo dos Santos, Antonio Barbosa, Tereza Mira, entre outros, serão nossos guias nesta nossa viagem pela história do arquipélago. São personagens de origem bailiquiense que viveram, conviveram em diferentes tempos da história do Bailique, e cada um, de acordo com seu papel social, contribuiu para a construção dessa história.

Quanto aos pescadores, apesar de terem deixado suas terras para se aventurarem na região do Bailique, não cortaram vínculo com o seu estado natal. A produção de peixes continuava sendo escoada para o Pará, de onde

traziam as mercadorias de que precisavam para se manter. Os primeiros povoados a se formarem no Bailique estavam localizados na Foz do Rio Gurijuba, Igarapé do Buritizal, Freguesia e Franquinho. Depois tornaram-se comunidades e preservaram o mesmo nome. A comunidade da Foz do Rio Gurijuba era a única que não estava localizada em ilhas bailiquienses. Até hoje, assim como outras, ela continua assentada no litoral macapaense, fazendo fronteira com as ilhas, por isso, pertence à região. É a chamada região da Terra Grande. Das comunidades citadas, apenas a Freguesia mudou de lugar, deixou o litoral e foi se acomodar dentro de um igarapé, o Furo do Bailique, na divisa entre a Ilha do Franco e a Ilha do Bailique.

Com o passar dos anos, novas comunidades foram surgindo, mas mantendo-se bastante isoladas. Um dos poucos locais de integração do povo bailiquiense era o “Barracão”, o grande comércio construído pelo português Diógenes Lamas. Era ali que o povo se encontrava para vender seus produtos e comprar mercadorias. Tinha também as famosas festas de santo realizadas em algumas comunidades em homenagem a seus padroeiros. Era um dos poucos eventos sociais da região, uma herança da catequização do povo brasileiro pela Igreja Católica.

●●● CAPÍTULO III: IMPÉRIO PORTUGUÊS



BARCOS PESQUEIROS: atividade econômica que marcou a origem do Bailique

Era um rapaz magrinho. Diziam que era o cara mais bonito da região. Costumava passar pomada nos cabelos, colocava um lenço no bolso e passeava ao lado do balcão tentando impressionar as meninas que iam ali fazer compras com os pais. Estamos falando de Diógenes da Costa Lamas, um português que chegou ao Bailique para trabalhar de caixeiro no comércio do primo, o Chico Português. E na Foz do Rio Gurijuba, trabalhando na Merceria Confiança, aprendeu o ofício do comércio. E com seu olhar empreendedor, depois de um ano de sua chegada, já percorria as ilhas do arquipélago, marretando suas mercadorias, desenvolvendo um tipo de comércio chamado de regatão. Segundo Cambraia, “os regatões eram comerciantes que compravam no grosso e vendiam no miúdo pelas beiras dos rios e que até a década de 1970 aqui em Macapá ainda era muito comum”. Foi assim que Diógenes começou a construir seu império no Bailique.

Sua elegância conquistou Maria Magalhães, a sua Neném, uma mulher alta e forte, de descendência cearense. Com ela se casou e deixou a Foz do Rio Gurijuba. Foi tentar a sorte na Ilha do Faustino. Ali resolveu fixar sua morada e construiu uma pequena merceria. Mas este início não foi nada

promissor. O comércio era fraco e o lucro pouco. E como um estrategista que era, sabia que precisava mudar. Juntou suas economias e resolveu arriscar. Atravessou para a Ilha do Brigue onde construiu um grande comércio.

Para melhorar o lucro, começou a investir em madeira. Mas esse novo negócio lhe mostraria o quanto precisava aprender na arte do comércio. Sua esperteza não foi páreo para os madeireiros da região. “Eles derrubavam aquelas árvores furadas, quase sem nenhum valor econômico para a produção de madeira, tapavam todos os buracos e vendiam como madeira de primeira qualidade” conta o ex-pescador Benedito dos Santos. Sem conhecimento nessa área, Diógenes teve muito prejuízo. Mas era com o comércio de madeira que conseguia sustentar seu empreendimento econômico. Mas ainda não era o que ele queria.

Decidiu então investir no maior potencial da região, a pesca. O Bailique era cheio de bons pescadores, afinal de contas foram eles que iniciaram o povoamento da região. Resolveu comprar uma canoa, a Porto Lindo, e mandá-la para o norte pescar. Para encarregado, escolheu Chico Mota, um experiente e confiável pescador. E o resultado não poderia ser diferente. Logo a canoa voltou carregada de gurijuba, um peixe de água salgada, extremamente valorizado no mercado internacional, principalmente pelo grude que custa mais do que sua carne.

Com o sucesso da primeira viagem, Diógenes tratou de encomendar outra canoa pesqueira. Dessa vez, foi Felipe Barbosa o encarregado de pescar na nova canoa. Com as duas canoas pescando, o estoque de peixes logo cresceu. Foi preciso alugar um grande barco para escoar a produção até Belém, capital do Estado do Pará, onde seria vendida. Na volta, cheio de dinheiro e mercadorias, trouxe mais uma canoa que comprou no município paraense de Vigia. Entregou-a na responsabilidade de Tomaz Pena. Benedito conta que a produção de gurijuba cresceu tanto que as três canoas juntas chegaram a trazer do norte cerca de seiscentas arrobas de peixe. Considerando que uma arroba equivale a quinze quilos arredondados, a produção de peixes das canoas era de aproximadamente nove toneladas por viagem.

Com essa produção, Diógenes teve que alugar a maior canoa da região, a Salazar, para escoar o peixe. Na volta, além das mercadorias, trouxe mais duas canoas pesqueiras e confiou-as a Manoel do Vale a administração. Agora o império estava consolidado. O comércio crescia e o lucro obtido

com a venda de peixe era enorme. “No seu comércio, havia mais de dez caixeiros, todos com lapiseira na mão atendendo os fregueses, diariamente. Atendiam uma remessa, vinha outra”, afirma o ex-pescador e carpinteiro Júlio Queiroz (72). Seu homem de confiança era um senhor chamado Joanício Queiroz, já falecido. Ele trabalhava como caixa no comércio e era o responsável pela contabilidade. Ele também fazia as compras em Belém, onde também ia buscar e depositar dinheiro.

Apesar de sua fortuna, Diógenes nunca deixou de lado o seu jeito simples de ser. Conhecia e falava com todas as pessoas que ali chegavam. Quando morria alguém no Bailique, que ele ficava sabendo, sempre repetia a mesma frase: “Coitado”. Ele pegava a caneta, metia na tinta e, conforme a amizade ou a posição social do morto, mandava pesar um alqueire de farinha, uma arroba de peixe, açúcar, café, querosene, velas, pano, prego. Tudo isso era doado para o velório. Ordenava um de seus carpinteiros a construir o caixão. O encarregado dessa missão era sempre o Antonio Rodrigues.

Quando o morto vinha para ser enterrado no cemitério que ficava ali perto do Barracão, na Ilha do Brigue, eles ancoravam o barco e colocavam o cadáver na ponte do comércio para que Diógenes pudesse se despedir e para ver se o corpo estava bem guardado. Ele então mandava abrir o caixão, olhava e sempre repetia as mesmas palavras: “Eh! Vá com Deus!” E então mandava fechar o caixão e levar para o sepultamento. Enquanto isso, ele já havia enchido um paneiro de cachaça e encarregado outros funcionários para que, munidos de picareta, enxada, pá e terçado, cavassem a cova para sepultar o morto.

Diógenes tinha um livro de capa preta onde tudo o que ele doava para o funeral de alguém, ele anotava. Era uma espécie de diário contábil. Talvez estivesse se preparando para prestar contas, após a morte, já que, como lembra Júlio Queiroz, a Bíblia menciona que é mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus. Crenças à parte, o fato é que com esses gestos, Diógenes Lamas conquistou o respeito e admiração do povo bailiquense. Júlio Queiroz conta que ele tinha tanto respeito pelas famílias, com o cidadão, que quando chegavam as moças bonitas em seu comércio e que ele ouvia assovios vindo dos seus funcionários, nunca se esquecia de tomar as providências. E com aquele sotaque português apontava um a um:

- Qual foi o patife que assoviou para a filha do fulano?
- Não, Seu Diógenes, não fui eu, não fui eu...

- Mas assoviaram, que eu ouvi. Então quem foi, será pior se não me dizer.

Então o cara tinha que se apresentar:

- Fui eu Seu Diógenes.

Ele pegava o cara pela orelha e falava:

- Você ainda quer assoviar para uma moça de família?

- Não seu Diógenes, eu prometo que nunca mais faço isso.

Ele agradava a todos. Em seu comércio nenhuma criança saía sem antes se deliciar com um delicioso biscoito acompanhado de refrigerante. Isso era sagrado, Diógenes Lamas mantinha essas guloseimas estocadas para esse fim. Era assim com os bailiquienses e foi assim com o governador do Pará, Joaquim Cardoso Magalhães Barata, interventor paraense no período de 1930 a 1935. Barata tinha como política visitar os interiores do seu estado. E como o Amapá, antes de se tornar Território Federal, pertenceu ao Pará, Barata esteve no Bailique. O Amapá só seria desmembrado do estado paraense através do Decreto-Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943, assinado pelo presidente Getúlio Vargas. Na época da visita de Barata à região do Bailique, Diógenes Lamas estava em viagem à capital paraense, mas deixou ordem para que seus funcionários o recebessem e fizessem todo o gasto necessário para acolhê-lo bem. E assim fizeram os empregados.

E foi desta forma que Diógenes construiu seu império, graças ao comércio de peixes, principalmente. O ex-pescador Benedito dos Santos diz que a pescaria naquele tempo só não enriqueceu os pescadores, mas o Diógenes soube muito bem aproveitar essa oportunidade. Não se tratava de sorte, mas de uma visão empreendedora. A pesca já existia na região e o potencial pesqueiro da costa amapaense já era conhecido pelos moradores do Bailique. O que Diógenes fez foi organizar e monopolizar o comércio para si, aproveitando o que de melhor o mar poderia lhe oferecer. Essa é história contada por Benedito dos Santos e confirmada por Júlio Queiroz, nossos personagens nesta longa viagem pelos tempos remotos do Bailique.

●●● CAPÍTULO IV: PEIXE-OURO



GURIJUBA: peixe de grande valor econômico no mercado nacional e internacional

O Arquipélago do Bailique, cercado por inúmeros canais e próximo da costa oceânica, sempre foi um rico habitat de peixes. Mas o cobiçado gurijuba (*Arius luniscutis*) não parava por ali. Era preciso ir pescá-lo bem longe, lá dentro das águas salgadas do Oceano Atlântico, no litoral dos municípios de Amapá e Calçoene. Foi para lá que Diógenes expandiu seu império. As ilhas oceânicas de Maracá e Jipioca logo ficaram cheias de feitorias.

O peixe já nem vinha mais para o Bailique. As canoas, responsáveis pelo transporte da carga até Belém, iam até o local abastecer-se e de lá mesmo partiam. A demanda era tamanha que logo foi preciso mais transportadoras. Diógenes Lamas teve que comprar três freteiras para transportar a remessa de peixe. Eram a Hebe I, a Hebe II e a Hebe III. Enormes canoas à vela, que pegavam cerca de 1.500 arrobas de gurijuba, sem contar os grudes, caças, tudo o que ele comprava. E as três juntas já nem paravam mais. Era chegar, abastecer e retornar. E é pegando carona na memória de Benedito dos Santos que embarcaremos no tempo para contar como era a pesca do peixe que transformou a vida de um simples português em barão

do gurijuba.

Benedito Rocha dos Santos, apesar de ter nascido no Bailique, começou sua vida de pescador nos lagos da Vila do Sucuriju, um distrito do município de Amapá. Sua especialidade era pescar pirarucu de arpão. Nesse método de pescaria, a pessoa deveria esperar pacientemente o peixe emergir das águas e lançar o arpão certo na cabeça da presa. Ele conta que passava até 15 dias pescando no lago, depois trazia a produção para ser vendida ao comerciante Diógenes Lamas. Nessa vida, passou 15 anos. Em 1977, ele deixa os lagos e a Vila do Sucuriju e se muda definitivamente para o Bailique.

Benedito nunca frequentou escola, foi alfabetizado por um tio quando morava no Sucuriju. Apesar de não ter estudado, os parentes confirmam que é um excelente matemático. “É fera nas contas”, afirma Maria Ormin-da, sua cunhada. Essa habilidade não foi comprovada, mas com toda certeza, boa memória para lembrar os fatos de sua vida e da história do Bailique, isso ele tem de sobra. Nascido no antigo povoado do Ferreira, hoje comunidade de Nossa Senhora de Aparecida, na Ilha do Brigue, Benedito nunca constituiu família. Aposentado e com 83 anos de idade, sempre viveu com seu irmão Raimundo dos Santos, o Segé, já falecido.

E é da sua fantástica memória que Benedito extrai fatos históricos tão relevantes quanto desconhecidos. Descendente de família vigiense, município do Estado do Pará, ele conta que sua avó, que chegou a morar na Vila do Espírito Santo do Amapá, foi cortejada por Cabralzinho, considerado o herói do Amapá por ter lutado contra as tropas francesas que invadiram o Amapá na época do Contestado Franco-brasileiro, em 1895. Na iminência da invasão, Cabralzinho avisou e aconselhou sua amada a fugir dali para o Alto Araguari. Caso ele não fosse morto na batalha, iria ao encontro dela. Ela, juntamente com sua mãe e padrasto, fugiram de noite, escondidos, para não dar alarme aos inimigos, e se hospedaram na casa de um amigo em Ferreira Gomes. E numa certa tarde, enquanto a empregada da fazenda fazia o fogo no curral para o gado, ela deu alarme gritando que estava vindo um batalhão. Era o Cabralzinho e sua tropa. De lá Cabralzinho foi para Macapá e depois para Belém pedir apoio para derrotar os franceses. Só que o governo não o atendeu. Disse que já bastava, que o Brasil tinha muita terra e não adiantava mais brigar por isso. E quando retornou de Belém, foi embora para o município de Amapá, deixando para trás sua amada. Dali, a avó de Benedito foi parar no Bailique, onde constituiu família e aonde

Benedito viria a nascer, em 1931.

Filho de Sebastião Macário dos Santos, o Tibúrcio, e Gurgonha Rocha, Benedito cresceu na Vila do Ferreira. Nesse tempo, a vila foi uma grande produtora do caroço de Urucuri, matéria-prima das caldeiras. E como os navios, nessa época, funcionavam à base de caldeira, eles aportavam nas ilhas do Bailique para comprar e abastecer-se de caroço. Nessa época, os rios da região eram muito fundos, os navios podiam entrar a qualquer hora. Benedito conta que seu bisavô, que na verdade era padraсто de sua avó, tinha o costume de enterrar dinheiro. Só que como bebia muita cachaça, acabava esquecendo onde depositava a renda da venda do caroço. E com esse tipo de poupança acabaram perdendo muita grana. Seu bisavô faleceu e o dinheiro nunca foi encontrado. Segundo Benedito, o tesouro deve estar por lá até hoje, já que naquela época o dinheiro era feito de prata e ouro.

Depois que deixou a Vila do Sucuriju e retornou ao Bailique, com 31 anos de idade, Benedito decidiu pescar gurijuba no mar. Conta, com orgulho, que chegou a trabalhar em todas as canoas pesqueiras de Diógenes Lamas, o maior empresário e comprador de peixes da região, e foi camarada de todos os encarregados que por ali passaram.

Para encontrar o gurijuba, os pescadores deixavam o Bailique e rumavam para o norte, era assim que chamavam o litoral oceânico onde ancoravam para pescar. O meio de transporte era a canoa, uma espécie de barco construído em madeira, sem capota, ideal para a navegação em alto-mar. Era movido à vela e a velocidade dependia da força do vento. Como o vento nunca falhava no norte, o combustível da viagem era garantido. A falta de capota na canoa, uma espécie de cabine, deixava os pescadores expostos à ação da natureza. Pegava-se vento, chuva, sol e muita maresia na cara. As poucas horas de descanso eram tiradas debaixo do convés, junto das pilhas de peixes salgados.

A pesca do gurijuba, geralmente acontecia há quilômetros da costa amapaense. De lá não se avistava nenhum sinal do continente. Para todos os lados que se olhava, o que se via era apenas a imensidão azul do céu que ia descendo até ser engolida pelo mar. O movimento da pesca era constante. Pescava-se dia e noite, fizesse chuva ou sol. Era na canoa onde todas as mínimas necessidades fisiológicas eram supridas. A comida era preparada num fogão à lenha, feito dentro de uma lata de querosene, preparada para esse fim. O difícil era cozinhar em dias de chuva. Como o tempo de folga dos pescadores era pequeno, o peixe já ficava temperado de um dia para o

outro. Cada dia, uma pessoa ficava responsável pelo preparo da comida. Nada muito sofisticado. O tempero era quase sempre o básico, água e sal.

A vida de pescador no mar não era fácil. Somente os homens acostumados com a bravura do oceano ousavam enfrentá-lo. Ali, vivia-se num constante balanço das ondas. Os pescadores de primeira viagem passavam mal, e muitos jamais seguiram na profissão depois da primeira experiência. O tempo de duração no mar era medido pelo estoque de água doce levado do Bailique. A água era armazenada numa grande caixa de madeira e era usada apenas para beber e preparar a comida. Quando já estava ficando escassa, era hora de retornar para o continente. A média de tempo que se passava no mar era de 10 a 15 dias. Mas o tempo não era problema, com a quantidade de peixes no mar, quase sempre as canoas retornavam com a carga batida.

No meio do oceano, sem nenhum ponto de referência para se guiar, os pescadores se localizavam por meio do movimento das marés. “Quando a água enche vai direto pra terra e quando ela vaza vai direto pro mar”, nos ensina Benedito. Então, no dia da volta para casa, era só esperar a água encher e segui-la. O primeiro sinal de terra que se avistava era a Ilha do Jipioca, depois aparecia o Sucuriju e logo após as ilhas do Bailique. Era chegado o tão esperado encontro com a família. Mas o tempo de estada em terra firme também era pouco e ainda tinha que ser dividido entre a atenção à família e os preparativos para o retorno ao mar. Logo na chegada, tinham que desembarcar o peixe para pesar e estocar, depois vinha a lavagem da canoa e a manutenção dos materiais de pesca.

Enquanto a canoa ia para as mãos dos carpinteiros fazerem a manutenção, os pescadores tinham que cuidar do material de pesca. Repor os anzóis danificados e envernizá-los, trocar as linhas podres. Essa era a rotina mais comum. Cada canoa trabalhava em média com 500 a 700 anzóis. Também era preciso fazer tinta para pintar a vela, era uma forma de prorrogar a duração do tecido. A tinta era retirada da casca de uma árvore chamada mangue, que depois de cozida, transformava-se numa tinta avermelhada.

Júlio Queiroz conta que Diógenes Lamas, o grande empresário português, tinha um grande estaleiro, sempre cheio de embarcações para consertar. Ali trabalhava muita gente. Eram carpinteiros, calafates, pintores. Lá tinha cozinheiros próprios para preparar a comida dos empregados. Eram almoço e jantar todos os dias. “Era feijão com pirarucu, com jacaré, só não era com charque”.

Nos primeiros tempos de pescaria no Bailique, pegava-se o peixe por meio dos anzóis. Depois apareceram as redes pesqueiras e, com elas, um grande problema ambiental. A pesca de rede é feita lançando-se a panagem ao mar, que se arrasta seguindo a força da maré. As redes usadas chegavam a medir de 2 a 3 mil braças de comprimento, o que equivale a 4 ou 6 mil metros. Com esse tamanho, ela ia levando todo tipo de peixe que encontrava pela frente. O problema é que nem todo peixe pescado era aproveitado. Na hora da despesca, grandes quantidades de peixes eram devolvidas ao mar, mas como já estavam mortos, gerava um grande desperdício. “Quando a gente ficava ancorado passava aquela grande quantidade de peixes boiando do lado da canoa. Aquilo tudo era estrago”, lamenta Benedito dos Santos.

Como se não bastasse estragar enormes quantidades de peixes, as redes também pescavam inúmeros gurijubas ovados ou com filhotes. A reprodução dos gurijubas acontece no período de novembro a março. Nesse processo, o peixe põe os ovos, que são chocados dentro de sua boca. Quando os filhotes nascem, eles são protegidos dos predadores naturais permanecendo na boca dos pais por longos períodos. Durante esse processo, o gurijuba não se alimenta, o que impediria a sua captura caso a pesca fosse apenas de anzol. Benedito dos Santos conta que durante a retirada das redes, os batelões, uma espécie de barco pequeno usado como auxiliar na pescaria, ficavam cheios de filhotes que caíam da boca dos gurijubas. Às vezes era preciso alagar o batelão para retirar tantos filhotes do barco.

Além da tragédia natural, a pesca com redes também poderia provocar tragédias humanas. As redes lançadas ao mar, na velocidade da correnteza, poderiam se chocar contra as âncoras dos barcos. Benedito conta que “se uma rede dessas engatasse no ferro do barco poderia afundar ele em questão de segundos”. Por isso a vigilância tinha que ser constante e uma faca afiada sempre à disposição para cortar a rede caso isso acontecesse. “Quando a gente enxergava a rede a tempo, tudo bem, a gente puxava o ferro e a rede passava por baixo do barco sem maiores problemas”, completa Benedito.

Tudo isso foi enfraquecendo a pescaria do gurijuba. A produção foi diminuindo e hoje está quase acabando. Poucos pescadores do Bailique ainda se aventuram em alto-mar para pegar o peixe. O gurijuba é um peixe de cabeça chata, de coloração parda acinzentada, com tons amarelos que, ao sair das águas morenas do mar, parece resplandecer feito ouro. Mas não é

apenas a cor amarelada do peixe que faz lembrar o metal precioso. O seu valor no mercado internacional é muito alto. Não apenas pelo sabor de sua carne, mas, principalmente, pelo grude. O grude é uma espécie de bexiga natatória, de onde se extrai uma cola usada na indústria de bebidas, cosméticos e medicamentos. É a parte nobre do pescado, vendido como ouro no mercado, chega a custar até seis vezes mais do que a carne do peixe.

A produção de gurijuba era beneficiada ainda no mar. Ali, ela era lanhada à faca e salgada. Quando chegava ao Bailique era estocada em armazéns. O maior vendedor de gurijuba da região era o comerciante Diógenes Lamas, que escoava sua produção para Belém e dali, ganhava o mercado internacional. Com a venda do gurijuba, Diógenes enriqueceu e tornou-se o maior empresário da pesca da região do Bailique. Uma riqueza que movimentava a economia local, mas que pouco chegava às mãos daqueles que arriscavam suas vidas no mar, os pescadores.

De toda forma, era uma das poucas opções de renda para a população masculina do Bailique. Por isso, desde cedo, os jovens tinham que aprender o ofício. Raimundo dos Santos, o Segé, irmão do Benedito, dizia que “a pesca não enriquece o pescador. Dá para quem compra e venda, agora pra quem pesca não sobra quase nada”.

●●● CAPÍTULO V: O CICLO DO CAROÇO



ANDIROBEIRA: árvore da qual se extrai a castanha para a produção de azeite

Além da comercialização dos peixes, com destaque para o gurijuba, o empresário Diógenes Lamas procurou explorar outros recursos naturais da região. Cobertas por extensas florestas, as ilhas bailiquienses sempre foram berço ideal para a procriação de diversas espécies vegetais e animais. E foi da natureza que a população sempre retirou o que precisava para sobreviver. O extrativismo foi a atividade econômica mais explorada pelos bailiquienses ao longo de sua história. Júlio Queiroz, ex-pescador e líder comunitário da Vila Progresso, diz que gostaria que o Bailique voltasse no tempo. Só assim poder-se-ia valorizar mais a natureza. Uma natureza que sempre alimentou o seu povo.

Na floresta, Júlio e sua mãe juntavam castanha de andiroba, caroço do muru-muru, semente de pracaxi, semente de ucuúba e ainda retiravam o látex da seringueira para fazer borracha. Todos esses produtos eram comercializados. Enquanto os homens rumavam para o norte pescar, as mulheres e crianças cuidavam da extração dos caroços. Era uma forma de ajudar na economia da família, principalmente, enquanto o marido não voltasse do mar. Assim, dezenas de famílias se embrenhavam na mata para explorar os

recursos que a natureza oferecia gratuitamente.

Tereza Mira (72), moradora da Comunidade São João Batista diz que extraiu muitos produtos da floresta. Ela conta que o mais difícil era a extração do látex para a fabricação da borracha. Ela diz que saíam às 5h da manhã pelo meio da mata para a extração do produto. Por isso era importante que o caminho fosse bastante limpo para evitar algum encontro desagradável com alguma serpente ou onça. Nas costas carregavam paneiros pesados e cheios de cadilhos, uma espécie de cuia para aparar o leite da seringa. Levavam também o barro para afixar os cadilhos aos troncos das seringueiras com o auxílio do cuspo.

Tereza conta que era uma vida muito sofrida: “Era muito trabalho e muito pouco dinheiro que se ganhava”. O preço dos produtos da floresta no mercado era muito baixo. Trabalhava-se semanas inteiras para comprar algumas mercadorias para as despesas da casa. Tereza conta ainda que teve que juntar suas economias de dois anos de trabalho, extraindo os produtos da floresta, para comprar seu primeiro vestido, confeccionado em pano “Leonita”. Tinha 16 anos de idade. Foi quando Tereza começou a frequentar as festas da região.

O principal ponto de venda dos produtos da floresta era o comércio de Diógenes Lamas, mas este também mantinha diversos pontos de compra espalhados pela região. Dessa forma, as famílias bailiquienses sempre tinham um posto de compra mais perto para vender sua produção. Podia vender os produtos in natura ou beneficiados. Os produtos in natura eram estocados num grande paiol, no comércio do Diógenes Lamas, para serem beneficiados.

E para o beneficiamento, o empresário português contratava os serviços de diversas famílias. Quem quisesse, pegava determinada quantidade de sementes no comércio e levava para casa para tratar. O trabalho era pago através do sistema conhecido como “meia”. A cada dez litros de azeite de andiroba beneficiado, por exemplo, cinco seriam do comerciante que era o dono das sementes e outros cinco eram do beneficiador, que vendia para o próprio empresário. Dessa forma, a produção de caroços beneficiava as famílias de duas formas. Na venda da matéria-prima e no beneficiamento.

A produção de caroços e látex era mais uma fonte de renda do povo bailiquiense e também mais um ramo de atividade explorado por Diógenes Lamas. Esse tipo de atividade movimentava também a economia local. Todos os dias, dezenas de pessoas aportavam no comércio para vender seus

produtos e comprar seus mantimentos. E tudo acontecia sob os olhos do comerciante. “E ele atendia um a um. Fulano traga a sua nota, fulano deu tantas caixas de caroço, o que você vai querer?”. Ordenava que seus empregados arrumassem a despesa de cada pessoa e mandava embarcar. Sua atenção com cada pessoa lhe rendia muita admiração e respeito por parte do povo bailiquiense. “Eu tenho 72 anos e já vi tanta coisa na minha vida, de miséria, de bondade, disso e daquilo. Mas homem tão rico e bondoso quanto aquele eu nunca vi”, afirma Júlio Queiroz.

Júlio conta que tudo o que as pessoas levassem para vender, ele comprava. E para tudo ele encontrava utilidade. “Ele comprava buriti seco, comprava cortiça seca, para fazer rolhas de garrafa. O vinho e a cachaça vinham em barris, aí eram enchidos em garrafas pequenas, vinha o rótulo e pregava e lacrava com a cortiça e o buriti”. O açúcar era separado em sacos de papel, gomado, assim como o café. “Tinha gente que chegava com dois ou três batelões cheios de folhas de açazeiros”. As folhas serviam para empalhar os paneiros onde seriam estocadas os gurijubas. Cada paneiro levava quatro arrobas, cerca de 60 quilos do peixe. Depois de empalhados, os paneiros eram amarrados com talos de jacitara, uma espécie de cipó, antes de serem embarcados na canoa para serem transportados a Belém. “Comprava cuia, baldes de jumaru para fazer boias das linhas de pesca. Para tudo, ele dava uma serventia. Tudo ele comprava, só para ajudar as pessoas a terem com o que comprar sua alimentação”.

E quando a coisa não podia ser aproveitada, ele comprava assim mesmo. Benedito confirma que às vezes chegavam lá objetos sem acabamento, produtos sem utilidade, e que eram dispensados pelos funcionários pela má qualidade. E quando ele via ou ouvia, sempre falava com aquele sotaque português: O que é mesmo? E em seguida ordenava ao funcionário: Traga a mercadoria, bote aí e vai pagar o senhor. Cambraia afirma que este tipo de personagem foi muito marcante dentro do espaço amazônico. Eles ocupavam um espaço muito mais do que grandes empresários, eles supriam uma grande carência ocasionada pela ausência dos agentes públicos e lideranças nessas regiões isoladas, como era o caso do Bailique. Mas assim como exploravam as atividades comerciais e a mão de obra local, eles também ajudavam o povo na sua sobrevivência, negociando, discutindo. Uma relação que não era somente de via única, de cima pra baixo, era também uma relação de trocas.

Além de comprar peixes, caroços, látex, Diógenes Lamas também com-

prava couro e carne de animais silvestres, enfim, tudo o que pudesse gerar dinheiro. Era como se em tudo que ele tocasse, virasse ouro. Só que com a decadência do comércio do português, acabou-se também o mercado para esses produtos, como lamenta Júlio. Com o fim do Império Português, ocasionado pela morte de Diógenes Lamas, encerra-se a exportação dos produtos da floresta e, conseqüentemente, extingue-se o ciclo do caroço. Dos caroços comercializados, apenas a castanha de Andiroba e o Pracaxi ainda continuam sendo beneficiados no Bailique, mas em pequenas quantidades. Deles se extrai um óleo usado como remédio na medicina fitoterápica. São produtos bastante vendáveis no mercado, mas difíceis de serem encontrados. A exploração desenfreada da madeira tem diminuído drasticamente essas árvores das florestas bailiquienses.

Com o fim do mercado dos produtos da floresta, a população bailiquiense voltou a depender exclusivamente da pesca. A produção dos produtos do caroço e do látex, apesar de render pouco lucro para a população local, ajudava no sustento das famílias.



CAPÍTULO VI: O FIM DO IMPÉRIO PORTUGUÊS



VILA PROGRESSO: local que marcou o fim do Império Português no Bailique

Dono de um império que constituiu ali mesmo na Ilha do Brigue, no Bailique, Diógenes Lamas tornou-se o maior comerciante de todos os tempos da região e quiçá do território amapaense, como acredita Júlio Queiroz. “Ali o movimento era o dia inteiro. Lá era o tendal e as pontes cheias de gente, era maré seca ou cheia, encostava gente trazendo carçoço, açáí, paneiro, peixe, caça. Tudo isso era meio de vida”.

Diógenes teve cinco filhos com sua esposa Neném, sem contar os que não sobreviveram. Benedito conta que no cemitério do Brigue, o cemitério oficial da região, existia um espaço só de sepulturas de filhos dele que nasceram e morreram, o que demonstra que as doenças no Bailique não matavam apenas os filhos de pobres. Mas o português também tinha filhos fora do casamento. Há quem diga que o cara era muito garanhão. “Por onde ele passava, ia deixando sua marca”, afirma Benedito dos Santos.

Dos cinco filhos oficiais, Ubaldo Lamas era o primogênito. Quando Diógenes faleceu na década de 1950, ainda novo, com 60 anos de idade, aproximadamente, deixou todo o seu império que foi repartido entre seus filhos. Ubaldo ficou com o comércio. Tinha a pretensão de continuar o

negócio do pai. E da mesma forma, continuou com o mercado de peixes. Demoliu o comércio na Ilha do Brigue e atravessou para a Ilha do Faustino, onde ergueu o seu “Barracão”. Ubaldo casou-se com Graciete Lamas. Sua companheira até hoje.

O Barracão prosperou, pois, assim como o comércio do pai, tinha como principal atividade o negócio de peixes, especialmente o gurijuba. Manteve um grande número de canoas pesqueiras e assim conseguiu reerguer um novo império, já não tão imponente quanto o do pai, mas o suficiente para ganhar muito dinheiro e custear a criação de seus filhos na cidade de Belém, com exceção do caçula que preferiu ficar com o pai no Bailique ajudando nos negócios.

Antônio Barbosa (75), morador da Comunidade São João Batista, diz que Ubaldo Lamas também ganhou muito dinheiro exportando café para Paramaribo, capital do Suriname. Antônio trabalhou como encarregado de Ubaldo Lamas. Era responsável em levar os pescados até Belém e também o dinheiro do comércio. Ele diz que carregava malas cheias de dinheiro. Com muito medo de ser assaltado pelo caminho ou na chegada a Belém, costumava ancorar o barco próximo da cidade para avisar o patrão, via telefone, sobre sua chegada. Assim Ubaldo poderia aguardar a sua chegada ou mandar carro para ir buscá-lo no ancoradouro.

O Barracão, como era conhecido o comércio do Ubaldo, era uma grande casa de dois andares. Tinha uma ponte imensa que ia dar no rio. Ali era o local do desembarque e embarque de pessoas e mercadorias. Próximo da área de desembarque ficavam os armazéns, um de cada lado da ponte. Num deles ficavam as mercadorias para reposição das prateleiras e no outro, os gurijubas. De longe, no rio, se sentia o cheiro do peixe em salmoura. Para alcançar o comércio era preciso percorrer os 500 metros de ponte entre a margem do rio e o comércio. As mercadorias eram conduzidas por uma plataforma de madeira que deslizava sobre o trilho em cima da ponte. Puxada através de uma corda, a plataforma era uma forma de diversão para as crianças que encontravam um lugar entre as mercadorias para passear de carro, enquanto os pais seguiam à frente puxando a plataforma.

O Barracão era o principal ponto de encontro das pessoas do Bailique. Os dias de compra eram também um dia de passeio. Vestiam-se as melhores roupas, usavam um bom perfume e lá ia a família inteira. Depois das compras, ninguém voltava para casa sem tomar o refrigerante Cerpa com biscoito Hileia. Era a especialidade da casa.

Quando a produção de peixes começou a escassear e o comércio deu sinal de decadência, Ubaldo Lamas decidiu ir embora do Bailique e foi morar junto dos filhos em Belém. Deixou seu empreendimento para o filho caçula, o Cleber Lamas, que tentou levar adiante o comércio, mas não conseguiu evitar a falência. Nesse tempo, a produção de peixe era fraca e a concorrência com outros comerciantes da região era acirrada. Chegou a transferir o comércio para a Vila Progresso, uma vila em expansão, mas que não deu resultados. Era o fim do império português no Bailique.

Com o fim do Império Português de Diógenes e Ubaldo Lamas, novos comerciantes foram surgindo na região e a concorrência pela venda de mercadorias foi se acirrando. Outras comunidades foram surgindo, desconcentrando os polos de poder e de pessoas na região. Entre essas comunidades começou a ganhar destaque a Vila Progresso, pelo seu crescimento e por abarcar os principais serviços públicos que começavam a chegar ao arquipélago. A pesca já não era monopolizada. Começaram a surgir pescadores autônomos, com seus próprios barcos, que podiam vender para outros compradores ou levar diretamente a Belém.

A morte de Diógenes Lamas e o fim do Império Português deixaram os bailiquenses órfãos e carentes de liderança. Por outro lado, a população começou a se unir e a reivindicar do poder público as ações necessárias a sua sobrevivência. Tem início o maior movimento comunitário da região, com a criação do Conselho Comunitário do Bailique. Uma instituição formada por líderes de várias comunidades, eleitos pela própria população para cobrar e acompanhar os serviços públicos implantados na região e para decidir os rumos políticos do Arquipélago do Bailique. Só que os serviços públicos que chegavam ao Bailique eram paliativos. Eram ações governamentais realizadas uma ou duas vezes por ano. E os serviços públicos permanentes estavam limitados à escola e ao posto de saúde e, ainda assim, funcionando precariamente.

PARTE II

JEITO BAILIQUIENSE

●●● CAPÍTULO VII: RÁDIO-CIPÓ



RÁDIO-CIPÓ: “jornalista” ribeirinho que recebe e repassa informações boca-a-boca

Bailiquiense ou bailiquara? Quem é esse povo que levou vida humana à região do Bailique? Pelas definições locais, bailiquiense é aquele que nasceu no Bailique, enquanto que o bailiquara apenas adotou àquela terra como sua nova casa. Mas quem é esse povo? Como viveram e vivem, sua cultura, seu jeito de ser e de viver?

Contar a história do Arquipélago do Bailique e o seu processo de ocupação não é uma tarefa fácil. Exatamente porque não existe uma, mas várias histórias. Cada recanto guarda seu pouquinho de vida. Além do mais, o arquipélago é carente de registro documental e isso faz da memória dos moradores a principal fonte de informação sobre a vida das pessoas daquele lugar. Por isso, os chamados rádios-cipós ganharam tamanha importância na história do Bailique.

E para falar desse tipo de jornalista ribeirinho, apresentamos Raimundo dos Santos, o Segé, um ex-pescador que foi considerado no Bailique um dos maiores rádio-cipó da região. Aquela pessoa que se encarrega de espalhar as notícias pelas redondezas. E ele sempre fez isso com brilhantismo, chegava a sair pelas comunidades, levando e buscando novidades.

Ele contava que antigamente era muito difícil saber o que acontecia no Bailique. As comunidades eram isoladas e o único meio de comunicação era praticamente e tão somente a fala. Então, tudo o que se aprendia era por meio do ensinamento baseado na oralidade e a referência era a natureza. Era assim que as crianças aprendiam a pescar, plantar ou extrair os produtos da natureza. As notícias eram espalhadas de boca em boca. Mas tinha muita coisa que se perdia pelo caminho. Muitos acontecimentos foram censurados pelo tempo, pelos ruídos e pelo isolamento das comunidades.

E quando o Segé se aposentou da atividade pesqueira, sem outra ocupação para fazer, passou a dedicar o seu tempo a visitar os amigos e compartilhar informações. Sem conhecimento ou contato com as técnicas jornalísticas, Segé narrava seus fatos com extrema profundidade e detalhes. Além da habilidade para a narrativa oral, ele também possuía faro aguçado para encontrar a notícia. Na Vila Progresso não podia deixar de ir um só dia. Tudo o que acontecia no arquipélago, com certeza, teria repercussão na maior vila da região. E o Segé sabia muito bem disso.

De sua casa, na comunidade Nossa Senhora de Aparecida, na Ilha do Brique, ele avistava a Vila Progresso na Ilha do Marinheiro, uma visão estratégica para qualquer bom jornalista. Quando as luzes da vila amanheciam acesas, podia contar que alguma coisa tinha acontecido. Morte ou doente grave eram os fatos mais comuns. Mas o Segé não se dava por satisfeito, pegava a sua montaria e remava para a Vila. Podia ser maré cheia ou seca, com maresias ou calmas, nada o impedia de apurar os fatos. Sua esposa, Maria Ormindá Cordeiro, conhecida no Bailique como Dora, era quem o acompanhava. De lá já vinha espalhando a notícia pelas comunidades e povoados da redondeza.

Sua esposa Dora é uma grande rezadeira da região do Bailique. Ela conta que desde os doze anos tinha o hábito de acompanhar as novenas em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Comunidade do Buritizal, onde morava. E foi ali que desenvolveu também sua habilidade para o canto. Dora é uma das poucas pessoas do arquipélago que ainda sabe rezar uma ladainha em latim. Até hoje guarda seu caderno com a letra da oração. É sempre requisitada e convidada de honra para rezar nas festas de santo. Extremamente religiosa, Dora sempre esteve à frente da Igreja Católica da Comunidade Bom Jardim, uma comunidade distante de onde mora, distância essa que nunca foi empecilho para dirigir os cultos nas manhãs de domingo.

Apesar de seu pouco estudo, Dora desenvolveu um importante serviço social no seu tempo de mocidade na Comunidade do Buritizal. Era ela quem socorria as esposas dos pescadores, escrevendo cartas para mandar para os companheiros que estavam em alto-mar, pescando. Nas cartas, muitas lembranças e pedidos de autorização para pegar mantimentos nos comércios. E quando as canoas iam buscar as remessas de peixe, levavam as cartas e traziam as autorizações para que as pessoas pudessem comprar alguma mercadoria em falta.

Dora conta seus atos com tanta simplicidade que não se dá conta da importância histórica e social que sua atitude refletia. Diante da sabedoria do cunhado, Benedito dos Santos, ela se exime de contar outros fatos, dizendo. “Sobre isso, o Benedito sabe de tudo”. Magra, de pele morena, cabelos grisalhos, Dora já sente os sinais do tempo. Tem 76 anos de idade e queixa-se de ter perdido a toada para cantar. Não consegue mais dar ritmo ao canto. Ela acha que talvez seja algum problema nas cordas vocais, de tanto cantar na vida. Teme não poder mais fazer aquilo que sempre amou.

Grande apreciadora de novelas, Dora acompanhou a chegada dos televisores ao Bailique. Para sua sorte, um dos primeiros aparelhos foi instalado na casa do vizinho João Barbosa. Não perdia uma novela, assim que o motor da tarde era ligado, saía correndo para a casa do vizinho. E quando não tinha combustível para ligar o motor, Dora e sua família davam um jeitinho. Ela sempre mantinha uma reserva em sua casa. Mas quando nada dava certo e que perderiam o capítulo da novela, ela pegava sua montaria e saía remando pelo rio em busca de algum lugar onde tivesse televisão e pudesse assistir. Voltava lá pelas tantas da noite, mas no dia seguinte sabia de tudo o que tinha acontecido nas novelas e atualizava os vizinhos ou quem chegasse em sua casa.

Sendo um dos primeiros proprietários de aparelhos de televisão do Bailique, João Barbosa, de 78 anos, hoje é aposentado e morador da Comunidade Nossa Senhora de Aparecida. Foi ele quem fundou a comunidade e sempre exerceu um papel de liderança na região do Bailique. E, apesar da idade, e tendo estudado somente até a 2ª série do Ensino Fundamental, João ainda se arrisca a dirigir cultos em sua pequena igreja e a puxar os cantos religiosos. Filho de Manoel Mendes e Rosinda Barbosa, João conta que seu pai foi um dos carpinteiros de Diógenes Lamas, o português que se tornou um dos maiores empresários da região. Quando jovem, João serrava madeira com seu irmão Raimundo Barbosa e vendiam para o estaleiro

do português. Naquele tempo a madeira era serrada através de serrotões. Era um trabalho muito pesado. Eles também ajudavam a mãe, a Rosinda, a cortar seringa no mato e a extrair os produtos da floresta.

João Barbosa herdou a mesma profissão do pai e foi trabalhar para Ubaldo Lamas, que continuou o empreendimento comercial de seu genitor, o Diógenes Lamas. E assim como o pai, Ubaldo teve também na pesca, a base de sustentação do seu negócio. E para a manutenção de suas embarcações de pesca precisou manter e contratar muitos carpinteiros navais. Foi quando o João Barbosa ingressou no grupo de carpinteiros do Barracão. Ali trabalhou durante 30 anos como carpinteiro.

Com esse emprego, João Barbosa conseguiu sustentar sua família e criar seus sete filhos. Com o seu salário também chegou a mandar alguns filhos para continuarem seus estudos em Macapá, um privilégio de poucas famílias naquele tempo. E foi através de seu emprego e da amizade que tinha com seu patrão, que João Barbosa conseguiu seu grande bem, adquirir um aparelho de televisão.

Foi Ubaldo Lamas quem comprou o aparelho em Belém para João Barbosa. No entanto, não bastava ter o aparelho de TV, era preciso a antena parabólica e energia elétrica para fazê-lo funcionar. A antena o João já tinha, ele ganhou de presente do então prefeito de Macapá, João Alberto Capiberibe. E para precisar a data desses eventos históricos para o Bailique, João faz questão de procurar seu caderninho de anotações. Ali, ele anota os principais fatos de sua vida e do Bailique. É uma espécie de diário de vida. Com o caderninho em mãos, ele afirma: 1992. Mais precisamente: “Recebi a antena parabólica no dia 09 de agosto de 1992. No dia 02 de outubro de 1992 recebi a televisão”.

No seu diário estão os serviços que manda fazer, serviços de manutenção de motores, barcos e outras coisas importantes da sua vida pessoal, de sua família e da Comunidade Nossa Senhora de Aparecida, que também foi oficializada em 1992. Para a geração de energia elétrica João comprou um motorzinho e emprestou um gerador do Cleber Lamas, filho de seu patrão. Estava pronto o cenário para a estreia da TV no Bailique. Com o sinal captado por antena parabólica, o Bailique só recebe a programação da rede nacional, o que impede a região de receber notícias do estado ou mesmo da Região Norte.

O surgimento da televisão mudou a rotina da comunidade. Quando o motor era ligado, no início da noite, logo a sala enchia de vizinhos. Os mais

apegados eram as mulheres, por causa das novelas. “No dia em que não tínhamos combustível para o motor, os vizinhos pegavam as montarias e iam procurar outro lugar onde tivesse televisão para não perder a sequência das novelas”, conta João.

A chegada da televisão passou a influenciar no tempo dos bailiquienses. As conversas diárias eram recheadas de fatos vistos na televisão, o mundo lá fora passou a entrar na casa e na vida das pessoas. Assistir aos jogos da seleção brasileira, mobilizava a população bailiquiense em torno dos lugares onde havia aparelho de TV. As pessoas, que antes dormiam cedo da noite, passaram a adiar o sono para depois do Jornal Nacional ou da última novela da noite.

No início, as pessoas só assistiam televisão no início da noite, devido ao custo para manter um motor de luz funcionando por muito tempo. Por isso a TV surgiu no Bailique como um objeto de consumo de elite. Apenas os comerciantes e pessoas de bom poder aquisitivo podiam ter esse equipamento em casa. Pois além do aparelho, tinha que comprar a antena parabólica e o motor para gerar a energia elétrica. Mas esse problema foi resolvido ainda em 1992, com a implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS, que abriu o mercado para os produtos importados, barateando o preço dos equipamentos eletrônicos.

Até hoje as antenas parabólicas fazem parte da paisagem bailiquiense. Em cada casa que se passa, sempre há uma antena no quintal. “A casa pode estar caindo aos pedaços, mas a antena não pode faltar”, relata João Barbosa. Atualmente, com a implantação da energia 24 horas na região, cada pessoa pode assistir a seu programa favorito a qualquer hora do dia ou da noite, salvo nos dias ou períodos de interrupção do serviço, ocasionado por algum problema na rede de distribuição de energia, muito comum na região. Atualmente, o Bailique é abastecido pela energia elétrica transmitida através do linhão da Usina do Tucuruí, no Pará. No entanto, como a rede de distribuição é feita por dentro da floresta, quase sempre este serviço é interrompido pela queda de árvores ou de postes que afundam nos rios por causa da caída de terras.

●●● CAPÍTULO VIII: POVO FESTEIRO



COMUNIDADE DE APARECIDA: Festa da padroeira da comunidade

A ocupação do Bailique deu-se por meio da formação de pequenos povoados, localizados às margens dos rios. Depois esses povoados tornaram-se vilas ou arraiais, onde se faziam as festas de santo, uma herança dos colonizadores europeus. As festas de santo era o principal evento social do Arquipélago do Bailique e reunia pessoas de toda a redondeza. De tão populares, faziam parte do calendário festivo daquele povo. Era também um momento único de rever os amigos, familiares distantes ou, simplesmente, “arrastar o pé”. Era quando se estreava aquela roupa nova e usava-se o melhor perfume.

Segundo Paulo Cambraia, professor e historiador da Unifap, trata-se de uma herança portuguesa. Para ser mais exato, é uma herança das ordens religiosas que atuaram aqui nessa região. “É uma das estratégias dessas ordens religiosas, em maior ou menor grau, era permitir que as pessoas, principalmente indígenas, no início do processo de ocupação dos portugueses, que alguns elementos religiosos da cultura indígena se mantivessem dentro desses ritos, dentro dessas festas, dessas adorações”. Dessa forma, esses eventos mexiam com elementos tanto do catolicismo, como

da cultura local, e o que surge daí é uma nova cultura. “Não é um pouco disso e um pouco daquilo, que trás elementos, mas é uma outra coisa. E aí você tem dentro desse processo aí o estabelecimento dessas festas que têm todos esses elementos tanto da cultura cristã, dos santos, mas que trazem elementos também da cultura indígena, da cultura negra, afirma o historiador amapaense.

E foi através dessas festas tradicionais que as primeiras vilas do Bailique foram elevadas à condição de comunidades. Foi o que aconteceu com o povoado do Buritizal, na Ilha do Curuá. Ali acontecia uma das maiores festas de santo do Bailique. Festejando a padroeira do lugar, Nossa Senhora da Conceição, a vila logo ganhou status de comunidade. E foi durante um dos eventos festivos que um padre anunciou a elevação da vila à condição de comunidade e proibiu a realização da programação profana durante o evento. Como reação à decisão do padre o povo local quase o jogou na água. Teve que voltar atrás e rever a sua decisão, senão teria sérios problemas para sair dali à nado.

A festa do Buritizal durava nove dias, uma noite dedicada para cada novena. No dia 6 de dezembro era o levante do mastro e início da festividade. Durante os dias que se seguiam tinham as novenas e a festa profana. No penúltimo dia era feito o leilão na ponte, realizado na frente da igreja. E o encerramento ocorria no dia 15 de dezembro. Cada noite tinha um representante. Tinha a noite dos seringueiros, a noite dos pescadores, dos marítimos, dos comerciantes, dos jovens e assim por diante. “A noite mais animada era a noite dos marítimos que tinha mais foguete. A noite dos comerciantes era pobre, quase não tinha foguetes, os comerciantes da época eram muito jaranas, não gostavam de gastar”, revela Benedito dos Santos.

A principal fonte de renda da festa era o leilão de donativos ofertados pelos moradores do arquipélago que, geralmente, eram pessoas que se comprometiam com a santa na festa do ano anterior ou em razão de promessas por alguma graça alcançada. Benedito conta que “quando tinha dinheiro, eu gostava do leilão, eu dava um grito, dava outro e assim ia”. Gritar no leilão e arrematar os donativos era sinal de prestígio na festa. Dava visibilidade à pessoa, principalmente se pretendia conquistar alguém no evento. Toda a renda obtida com o leilão era doada à santa. Com o dinheiro compravam objetos para a comunidade. Era motor, gerador, aparelho de som e outras coisas que fossem necessárias para a festividade do ano seguinte.

As festas de santo eram realizadas em residências ou sedes construídas para esse fim. Era organizada pelos próprios moradores da comunidade, com o apoio de pessoas de diferentes povoados da região. A comissão responsável pela organização do evento era escolhida durante a festividade do ano anterior, e obedecia a uma hierarquia rígida de cargos e atribuições. Tinha o juiz da festa, que era o coordenador geral; o juiz de honra, os mordomos. Era um grande privilégio exercer esses cargos. Geralmente era a própria pessoa que se autoindicava espontaneamente. Para concorrer ao cargo de juiz da festa, a pessoa tinha que ficar até o final da festividade e desfilar com a bandeira da santa durante a derrubada do mastro. Era o fim da festividade e o início da preparação do evento do ano seguinte com a formação da comissão. Um dos maiores presidentes de honra da Festividade Nossa Senhora do Buritizal foi Diógenes Lamas, um dos maiores empresários da região e que contribuía para a realização da festa.

Além do pessoal da comissão com seus cargos e atribuições muito bem definidas, muita gente ajudava na organização e realização da festa. A ajuda consistia em doação de donativos, dinheiro, materiais ou oferecendo seus serviços. O trabalho era voluntário, tudo em nome da santa. Benedito diz que no caso da festa do Buritizal, “tinha gente que construía casa na comunidade só para passar as nove noites de festa”. As pessoas amanheciam e anoiteciam dançando. Existia, inclusive, a preocupação da organização em disponibilizar um espaço próximo ao salão para que fossem amarradas as redes, onde as crianças pudessem dormir. Assim, era cômodo para as mães divertirem-se e cuidarem de suas crias ao mesmo tempo.

E foi na festividade do Buritizal que Maria Orminda, a Dora, formou-se na arte de rezadeira e cantadeira da região. Ainda jovem, acompanhava toda a programação da parte religiosa junto das pessoas mais experientes, que foram seus verdadeiros professores. E é Dora que nos conta algumas curiosidades das festividades do Bailique. Ela diz que as festas era a principal ocasião de namorar e, ainda assim, vigiados pela família da moça.

Quando era o dia da festa, todas as moças sentavam no banco, aos olhos de todos os presentes. Ali, cada cavalheiro ia tirar a sua dama e todo mundo ficava de olho. E nenhuma mulher podia fazer desfeita para o cavalheiro, porque corria o risco de apanhar e ainda ser expulsa da festa. A desfeita era quando a dama recusava-se a dançar com determinado cavalheiro. Esse ato feria o orgulho masculino e despertava a ira do moço que, geralmente, reagia com violência. Quando as músicas começavam, era uma correria de

homens para pegar a sua dama. Os atrasados não ficavam com ninguém e tinham que esperar a próxima música para dançar.

Nos primeiros tempos, as noites festivas eram iluminadas por lamparinas a querosene, depois foi a vez dos lampiões a gás e energia elétrica. As músicas, com temas caboclos, eram cantadas ao vivo com acompanhamento de clarinetes, viola e tambor. Os músicos não eram profissionais e dificilmente sabiam as notas do instrumento, mas ninguém reclamava. Antonio Barbosa conta que algumas festas, lá pela década de 1950, chegaram a ser tocadas com um único instrumento, o pente. Prendia-se uma folha de abade nos dentes do pente e soprava. O som que dali saía agitava a galera no meio do salão.

As letras das músicas eram quase sempre improvisadas, inventadas ao acaso, no fervor da festa. E um dos costumes locais era a interação com o público dançante. Cada casal que passava perto dos músicos era convidado a inventar um verso para a música que estava sendo cantada. Como muitos não tinham tanta criatividade, cantavam o que vinha na cabeça. Foi o que aconteceu com um senhor durante uma festa ocorrida no Franquinho do Bailique que resolveu prestar uma singela homenagem a um amigo negro:

*Com essa mão pego no copo,
com esta digo a razão,
Viva o Preto do Franco,
Bernardo, o guaribão!*

O cara não apanhou do amigo, mas se fosse nos tempos de hoje, com certeza reacenderia o debate em torno da questão da discriminação racial, tão evidente em nossa sociedade. Mas o improvisado, muitas vezes, tinha o seu lado negativo. Numa outra festa em que João Barbosa presenciou, o cantor resolveu puxar a seguinte moda:

*“Sou carpinteiro,
vou batendo o prego,
mas eu não nego,
minha profissão...”*

O duplo sentido do verso “batendo o prego” levou o carpinteiro naval

Manoel Vilhena, que estava na festa, a se revoltar e brigar com o cantor. A briga foi tamanha que o cantor foi jogado na água. E a festa acabou-se em “pé-de-porrada”.

Por volta da década de 1960 chegaram as vitrolas à bateria e os discos de vinis. O repertório então começou a diversificar-se, até a entrada em cena das aparelhagens de som. Até hoje, apesar de muitas festas já apresentarem atrações ao vivo, com bandas ou cantores-solo, muitas ainda continuam sendo tocadas apenas por som mecânico. Só que a música, esta passou de ritmo caboclo para a febre do tecno-melody, funk, rock e outros tantos ritmos da atualidade.

Em 2014, a Festividade de São João Batista, que há mais de meio século vem sendo realizada na comunidade do mesmo nome, no Igarapé dos Macacos, ocorreu nos dias 21 e 22 de junho e contou com a participação de milhares de brincantes. Entre as atrações, pudemos conferir a alvorada de fogos anunciando o início da festividade, o levante do mastro com a bandeira do santo que simboliza a abertura oficial do evento, a festa dançante, o leilão com donativos ofertados pela comunidade, bingo, culto religioso e derrubada do mastro marcando o final do evento.

O presidente da Comissão Organizadora da festa, Fabrício Barbosa, conta que, devido ao grande contingente que a festa começou a receber nos últimos anos, foi preciso construir um centro comunitário com recursos e mão de obra da própria comunidade. Apesar da grande dimensão do espaço, o centro ficou pequeno para tantas pessoas que ali compareceram nos dois dias de festa. Pelos dados da organização, mais de quatro mil brincantes prestigiaram os dois dias do evento.

Fazendo uma relação dos relatos de Benedito dos Santos, Maria Ormin-da, Antonio e João Barbosa, sobre as primeiras festas com o que presenciemos na última edição da Festividade de São João Batista, ficou evidente a grande influência que estas festas tradicionais receberam e continuam recebendo da modernização da sociedade. Entre tantas diferenças, pudemos observar o pouco espaço destinado às atividades religiosas e culturais na programação. A ausência das famílias no ambiente da festa também foi algo marcante. Fabrício conta que devido aos casos de violência, as famílias estão se afastando das festas tradicionais. Além da violência, outro fator que tem contribuído para esta situação é que as festas hoje tornaram-se rotinas na região e são realizadas em centros que não possuem aquele aconchego das casas residenciais de outrora, onde as famílias eram bem

recebidas e acomodadas.

Hoje, o principal público participante das festas de santo é jovem que, em sua maioria, não liga para a tradição. Com o exagerado consumo de álcool e outras drogas, a violência urbana está migrando da cidade para os interiores e chegando às festas tradicionais. As festas que antes serviam para unir as pessoas, hoje estão sendo usadas como ponto de encontro de desafetos. As roupas novas que eram o trunfo para o glamour e para a conquista de seus pares já não impressionam mais, principalmente quando o que conta é o uso da violência. E a tradição cultural, que representa as raízes históricas de um povo, está cedendo lugar para uma simples balada. Tudo isso, somado ao fato de que as festas têm se disseminado na região, concorrendo com as festas tradicionais que só ocorrem uma vez no ano.

●●● CAPÍTULO IX: NAMORO ÀS ANTIGAS



Foto: Manoel do Vale

FESTA DE SANTO: principal ponto de encontro do povo bailliquense antigamente

Quem vê os relacionamentos amorosos hoje em dia, jamais consegue imaginar o quão difícil era conseguir chegar perto do amado ou da amada antigamente, no Bailique. O meio mais fácil de namorar era nas festas de santo, que só ocorriam uma vez no ano, e ainda assim, com bastante restrição de liberdade. As meninas eram guardadas pelos pais. “Naquele tempo, a namorada não podia sequer sentar ao lado do amado quando este ia visitá-la na casa dos pais. Quem recebia o namorado eram os próprios pais”, conta Benedito dos Santos. A menina nem aparecia na sala. Só via o amado quando era chamada para trazer café ou água.

Tinha um senhor que morava no Igarapé dos Porquinhos de nome Moacir Figueiredo, era pai de belas filhas solteiras, muito cobiçadas na região. Ele resolveu colocar seu pote de água na sala de sua casa para evitar que suas filhas pudessem sair da cozinha na hora da visita de algum pretendente. E quando algum rapaz chegava a sua casa e pedia água com a esperança de ver algumas de suas filhas, sempre ouvia: “Pegue você mesmo, a água está bem ali”. Maria Orminda, a Dora, conta que algumas meninas, para poder ver a cara do amado quando estes iam visitá-las, saíam para encher água

no rio que passava na frente das casas. Assim podiam ver seus namorados, mesmo que de passagem.

Dessa forma, a única maneira de trocar mensagens com os amados era através de cartas. E quando a pessoa que queria mandar uma carta ou bilhete para o namorado ou a namorada não sabia escrever, tinha que apelar para a solidariedade dos amigos alfabetizados. O mesmo acontecia quando era para ler. O problema era que além de tornar público o seu namoro, a pessoa ainda corria o risco do amigo-escritor aprontar e escrever coisas que o remetente não gostaria.

Benedito dos Santos conta várias histórias envolvendo essa situação. Uma delas fala de um cara conhecido como Pau D'água, um jovem bailliquense que se apaixonou por uma menina chamada Anita. Pediu então ao amigo Zero Costa que escrevesse uma carta e entregasse a menina. Quando Anita recebeu a carta interessou-se pelo pretendente, pediu então ao mensageiro que escrevesse a resposta. Só que o mensageiro também era apaixonado pela menina e ao invés de escrever as palavras de Anita, ele escreveu os seguintes dizeres, gravados até hoje na memória de Benedito:

“Amigo Senhor Pau D'água, torto, reverso e enviesado. Calça de saco de sal e camisa do mesmo pano, botão de nó de taperebá e chapéu de tururi. Desgraçado! Quando tu ir pro mato, a jararaca vai te morder. Quando ir tomar banho, a arraia vai te ferrar. Quando tu ir botar a linha, o anzol vai te fisgar”.

Pau D'água ficou com tanta raiva da Anita que nunca mais resolveu procurá-la. E assim como o romance do Pau D'água, muitos outros namoros deixaram de acontecer por causa desses ruídos propositais dos mensageiros. Os mensageiros eram, geralmente, amigos e faziam isso por camaradagem, mas que, por isso mesmo, não perdiam a oportunidade de aprontar com o pobre do amigo analfabeto e apaixonado.

O jeito então era aguardar uma festa e torcer para que a cara-metade também fosse. Assim, conseguiriam dançar. Mas também o namoro não passava disso. Os pais não permitiam que a filha ficasse de mãos dadas com o namorado na festa. E muito menos que a levassem para um lugar mais reservado. A virgindade nessa época era uma questão de honra para os pais. As crianças eram criadas a “ferro e fogo”. A educação dos pais era muito rígida e seguida à risca pelos filhos. “Bastava um olhar de atravessa-

do que a gente já sabia o que vinha pela frente”, nos conta Júlio Queiroz, que chegou a apanhar bastante do pai. Mas ele diz que foi graças às surras que levou que deixou de fazer muita coisa errada na vida.

Muitos namoros e até casamentos ocorriam em função dos pais. As famílias influentes arranjavam o casamento para seus filhos. Muitos sequer conheciam seus noivos até serem apresentados pelos pais. Naquele tempo, os noivados demoravam muito, os amantes precisavam se conhecer bem. “Hoje as moças, nas festas, já nem sentam mais no banco, os cavalheiros precisam estar caçando as damas para dançar”, lamenta Dora.

Por outro lado, quando o namoro não era desejado pelos pais de algum dos namorados, podia contar que o relacionamento entre os dois seria muito difícil. Por isso, muitos casais acabavam fugindo. Era a única forma de viverem juntos. No Bailique, existem muitos relacionamentos que começaram assim. Essa também era uma alternativa para muitos homens que tinham medo de pedir a mão da amada em casamento.

Muitos casais vivem assim até hoje. Nunca tiveram interesse em oficializar a união. Pela legislação em vigor esses casais vivem em união estável e têm os mesmos direitos de um casal legalmente casado. Segundo Manoel Queiroz Barbosa, Oficial de Cartório do Bailique, o povo bailiquiense nunca foi muito de se casar no papel. “Tem muita gente que não quer casar, prefere viver assim. Eles dizem que quando vai para o papel, oficializar, logo, logo, separa, aí desistem de casar”. A maioria dos pedidos de oficialização de casamento vem dos evangélicos da região.

●●● CAPÍTULO X: O “PETRÓLEO” BAILIQUIENSE



APANHADOR DE AÇAÍ: uma das principais fontes de renda do povo bailiquense

O povo bailiquense possui uma estreita relação com a natureza. É da floresta que vem o principal produto da gastronomia local. O açai sempre foi presença marcante na mesa da população do Bailique, mas que nos últimos anos tem servido como fonte de renda, dinamizando a economia local e contribuindo para o desenvolvimento da região.

O Estado do Amapá possui uma área de 142.827,897 km². Desse total, aproximadamente 624.576,28 ha, ou seja, 5% do território amapaense é recoberto por florestas de várzea, berço perfeito para o nascimento e desenvolvimento das palmeiras do açai. No entanto, apesar de todo esse potencial e ainda contando com um dos menores índices de desmatamento do País, a produção de açai no Amapá ainda é pouco desenvolvida. De acordo com o Instituto Estadual de Florestas (IEF/AP), de todo o açai que é consumido e industrializado no estado, 89% provém das ilhas vizinhas pertencentes ao Estado do Pará. Isso significa que apenas 11% da produção local do açai, é retirada das florestas amapaenses.

E entre as regiões produtoras de açai do município de Macapá, está o Arquipélago do Bailique, onde parte de sua população ainda sobrevive à

custa das extensas áreas de florestas e rios da região. Um local onde verdadeiramente se encontra açaí em abundância no período de safra que se inicia em março e estende-se até o mês de agosto. E foi nesse arquipélago que ouvimos, pela primeira vez, o açaí ser chamado de “petróleo”, numa associação da cor de seu vinho com o combustível fóssil.

Para conhecer a importância do açaí na vida daquele povo, fomos até a Comunidade São João Batista, onde fomos recebidos por Antonio Barbosa, um senhor de 75 anos de idade, casado com Tereza Mira e pai de nove filhos. Orgulha-se em dizer que viveu da pesca e da carpintaria naval. Hoje está aposentado e com todos os filhos criados. Seu Antonio, já de cabelos brancos, tem dificuldade em se locomover por conta de seu problema de vista, mas nada que o impeça de nos agraciar com suas ricas histórias e experiência de vida. É ele que nos relata que o açaí sempre fez parte da alimentação do povo bailiquiense.

Contudo, como diz, “nunca foi um produto que desse para se ganhar dinheiro, até mesmo porque naquele arquipélago, cada família tinha o seu terreno de onde retirava o açaí para sua alimentação, assim não era preciso comprar”. E levar para vender em Macapá também não era algo que pudesse gerar tanto lucro devido às despesas com o transporte até a capital. Ele acrescenta ainda que “o açaí era tão desvalorizado que as pessoas preferiam vender o palmito”, produto extraído do caule do açaizeiro, o que contribuiu para o surgimento de muitas fábricas de palmito na região. E mesmo com o baixo preço pago pelo pé do açaizeiro, Antonio Barbosa afirma que “era a única forma de se ganhar dinheiro com a palmeira”. E isso acabou gerando um grave problema ambiental para a região, pois muitas áreas de açais do arquipélago foram dizimadas por conta da extração predatória do palmito.

Hoje Antonio Barbosa vê com bons olhos a valorização do fruto do açaí, pois ele considera que “o preço pago pelo açaí na região está fazendo com que os moradores troquem o comércio do palmito pela venda do fruto”. E isso implica “ganhar dinheiro com o fruto sem ter que matar a árvore”. Garantindo assim, renda ao ribeirinho por várias safras.

As declarações de Antonio Barbosa são procedentes, pois as fábricas de palmito estão desaparecendo e as áreas de açais estão aumentando cada vez mais no Bailique. Os proprietários de terras estão repensando a prática de exploração dos açais e inserindo-se em um novo modelo econômico que alia a exploração da floresta com a preservação de sua flora. Antonio

Barbosa relembra com pesar que nos tempos da exploração do palmito, não eram apenas os açazeiros que eram sacrificados, mas sim todo o ecossistema a sua volta. “Os peixes sumiam, a caça desaparecia... e toda a floresta morria junto”, afirma o ancião.

A mudança de paradigma dos moradores do Bailique com relação ao açaí é tão evidente que segundo dados do IEF, muitos proprietários de terra estão implantando o Sistema de Manejo de Açais Nativos em suas propriedades. Essa técnica é desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no Amapá e que tem como objetivo aumentar a produção de açaí sem causar impacto à natureza.

Segundo José Leite, engenheiro agrônomo da Embrapa, o projeto segue duas linhas de pesquisa. “Uma em que o manejo é feito especificamente para áreas de açais nativos de várzea, cuja preocupação, além de aumentar a produção, é conservar a diversidade da floresta. A outra é voltada exclusivamente para a agricultura do açaí, onde é feito o trabalho de produção de mudas com melhoramento genético para áreas de Terra Firme”, explica o engenheiro. De uma forma ou de outra, José Leite afirma que “esse tipo de tecnologia, além de aumentar a produção do açaí, estende o período de safra do produto”.

Pensando nessa tecnologia como uma alternativa para aumentar a produção do açaí no estado para atender a grande demanda gerada nos últimos anos, o governo vem incentivando os produtores a aderirem ao projeto com a oferta de financiamento de recursos e orientação técnica por meio dos extensionistas rurais e florestais do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (Rurap) e Instituto Estadual de Florestas (IEF), que possuem uma equipe técnica treinada pela Embrapa para dar suporte ao produtor na ponta da cadeia produtiva do açaí.

Deixando a companhia de Antonio Barbosa que, pela sua idade, deixou de tirar açaí há muitos anos, seguimos para uma das áreas de manejo do Bailique. Pegando carona com Nelton da Silva (32) em sua montaria, um pequeno barco movido a remo, seguimos rio acima até o açaisal.

Durante a viagem, Nelton nos conta que trabalha como prestador de serviço de transporte escolar e que nas horas vagas tira açaí para vender e aumentar a sua renda familiar. Já foi casado, mas atualmente está solteiro. De repente, temos que interromper nosso papo, pois os primeiros cachos começam a surgir pelas copas dos açazeiros. É o momento em que Nelton se apodera de sua experiência para colher os frutos do açaí.

Para retirar os cachos das árvores, o produtor ou peconheiro, como também é chamado, se serve da própria natureza para criar os utensílios de que precisa. Com as folhas ou Coroatá, parte da folha seca da palmeira, Nelton faz a peconha, uma espécie de cinta para os pés que o auxilia na escalada até o cacho. Aí é só contar com a habilidade para vencer os mais de vinte metros de altura das palmeiras.

E entre subidas e descidas, os cachos de açaí vão sendo amontoados aos pés dos açazeiros. E quando o peconheiro se dá por satisfeito ou quando suas condições físicas estão no limite, é hora de parar a colheita e separar os frutos dos cachos, ou simplesmente debulhar, como é conhecido o processo na região. Depois é só ensacar a parte que será comercializada e escolher os frutos especiais que serão transformados em vinho para o almoço ou jantar. Pelas nossas contas, para encher uma saca de 60 quilos são necessários em média 12 cachos grandes de açaí.

O açaí é vendido em sacas de 30 ou 60 quilos aos compradores intermediários que escoam o produto para ser vendido na capital Macapá ou simplesmente vender diretamente aos compradores do Estado do Pará, que aportam diariamente na região com seus barcos frigorificados para comprar o produto e abastecer aquele estado, já que o Pará, no período que vai de janeiro a agosto, vive a entressafra do açaí.

Os produtores do Bailique estão preferindo vender a produção diretamente aos compradores paraenses, que pagam melhor pelo produto, do que vender aos atravessadores ou mandar para a capital, interrompendo assim o fluxo do açaí produzido no arquipélago que, até poucos anos, era exclusivo do mercado amapaense. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), 68,6% da produção do fruto são comercializados através de intermediários. Apenas 31,4% são vendidos pelo próprio extrativista diretamente aos batedores de açaí.

Para que o açaí possa suprir a demanda com produto de qualidade a um custo acessível à população, é necessário melhorar a infraestrutura de escoamento da produção, no que diz respeito ao transporte adequado, eliminação de intermediários e construção de entreposto para a comercialização do produto. E como o açaí é um produto perecível, o seu transporte inadequado, como se vê nos barcos que trazem o açaí do Bailique até a capital, não só prejudica a qualidade do produto como o desvaloriza economicamente.

Seguindo o fluxo do açaí retirado no Bailique até a capital, acompanha-

mos a produção do Nelton, que vendida ao intermediário, segue transportado em um barco, disputando espaço com os passageiros. Depois de 12 horas de viagem, o açaí é desembarcado no Canal do Jandiá e vendido aos atravessadores ou batedores de açaí. Geralmente é esse o açaí que é vendido nas batedeiras que se espalham pelas ruas e becos da capital e que chega à mesa do consumidor. No entanto, vale ressaltar que o mercado do açaí hoje no estado não está restrito apenas ao abastecimento da demanda interna. Muito da produção dos últimos anos vem ganhando mercado em outras regiões do Brasil e do exterior.

Apesar da disseminação do açaí mundo afora, Pará e Amapá juntos ainda são os maiores consumidores do produto do planeta. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado do Pará consome cerca de 600 mil toneladas de açaí por ano, seguido do Amapá com 80 mil toneladas. Enquanto que a maior exportadora do produto mandou cerca de 8 mil toneladas de açaí para o exterior no ano de 2010. Isso implica afirmar que Pará e Amapá juntos consomem aproximadamente 90% do açaí extraído no mundo. Os outros 10% alimentam os demais mercados brasileiros e estrangeiros.

Na linguagem monetária, isso equivale a dizer que os dois estados brasileiros movimentam cerca de 2,5 bilhões de reais por ano com o mercado do açaí. Sendo que, especificamente no Amapá, são 500 milhões de reais anuais, o que representa cerca de 2% do PIB – Produto Interno Bruto do estado. Esse é um fato que o Senhor Antonio Barbosa precisa acrescentar no seu vasto repertório sobre a história do açaí e que o Nelton da Silva jamais imagina que o açaí que ele colhe lá no Bailique poderá alimentar gringos nos mais diversos cantos do mundo.

Esse é o açaí bailiquiense, comparado ao petróleo por sua cor, mas que hoje ganha um novo elemento nessa relação comparativa que é o seu grande valor econômico. Só que, diferente do combustível fóssil, não renovável, que sangra do solo e polui o meio ambiente. O açaí é um combustível natural que nasce no alto das árvores, não destrói a natureza e não compromete o alimento das gerações atuais e nem o futuro das gerações vindouras.



CAPÍTULO XI: MONTARIAS RIBEIRINHAS



RABETAS: principal meio de transporte do Arquipélago do Bailique

A condição geográfica do Arquipélago do Bailique, com seus inúmeros igarapés e canais cortando as ilhas, tornam aquela paisagem propícia para o surgimento de inúmeros tipos de barcos. São eles que movimentam a vida daquele povo e que, por isso mesmo, fazem parte da paisagem cultural da região. Para Paulo Cambraia, professor e historiador da Unifap, os rios têm importância não só para a sobrevivência, mas que também é uma vivência e que são importantes na história do povo amazônico. Trata-se de uma forte influência da cultura indígena que tinha como característica maior o nomadismo, o deslocamento. “O rio, essas relações e o conhecimento que essas pessoas tinham e têm da maré, da hora da maré, de como fazer uma canoa, de como construir um barco, isso faz parte de toda uma sobrevivência, porque muitos tiram daí a sua sobrevivência material, criar os filhos, mas também uma vivência, de viver aquilo”. Até o ano 2007 quando aportávamos no Arquipélago do Bailique, além da beleza natural, encontrávamos dezenas de ribeirinhos em suas montarias, cujos remos adentrando as águas morenas, nem sempre calmas dos rios, ajudavam aquele povo a se deslocar de um lugar para o outro numa per-

feita harmonia com a natureza que mais parecia o movimento de ir e vir das marés.

Sendo um simples e milenar meio de transporte de origem indígena, as montarias movidas a remo pareciam parte integrante daquela majestosa paisagem natural. Sem a poluição sonora e ambiental causada pelos motores movidos a combustível, esses transportes são considerados um modelo corretamente ecológico para uma região, cujo ambiente natural ainda não sofreu tamanha intervenção humana.

Acontece que nos últimos anos, as montarias a remo, como num processo de extinção, vêm desaparecendo gradativamente da paisagem bailiquiense. E o motivo é bastante conhecido. Em 2007, com a implantação do projeto de Assentamento Rural do Governo do Estado do Amapá, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra/AP, na região do Bailique, a população recebeu uma linha de financiamento para aquisição de materiais e alimentos fornecidos diretamente pelas lojas credenciadas ao projeto. Como as rabetas faziam parte da lista de materiais disponibilizados aos assentados, houve um número impressionante de aquisições desses motores por parte da população bailiquiense, cujo principal meio de transporte é o marítimo em razão da quantidade de rios que cercam a região.

Atualmente, quase todas as famílias possuem uma rabeta ancorada no porto de suas casas, às vezes mais de uma. Com esse novo meio de transporte, o deslocamento ficou mais rápido e prático, já que qualquer pessoa adulta, e até crianças, consegue operar seus motores – relata Marlindo Barbosa (34), que é um exímio construtor de cascos de rabetas. Ele diz que recebe muitas encomendas e cobra de 800 a 1.200 reais por cada barco, medindo aproximadamente cinco metros de comprimento por um metro de largura. Só que a escassez de madeira na região, matéria-prima do casco da rabeta, tem dificultado a construção dos barquinhos. Apesar de o Bailique ser coberto por uma extensa floresta, a maioria das árvores não são boas produtoras de madeira. E a extração descontrolada das chamadas madeira de lei, ao longo do tempo, tem contribuído para essa escassez.

A carpintaria naval é uma das atividades econômicas mais tradicionais da região do Bailique. Isso é explicado pelo fato de que o principal meio de transporte do arquipélago é o marítimo, em decorrência de sua geografia. Dessa forma, as canoas e barcos, construídos em madeiras, reinaram absolutos na questão da mobilidade da população local, durante muito tempo.

Eram barcos movidos a remo, à vela e motorizados. Muitos desses meios de transporte eram usados como instrumentos em atividades econômicas, como no caso da pesca.

A produção de barcos, realizada nos estaleiros navais da região, sempre foi uma grande fonte de emprego. “No estaleiro tinha o carpinteiro, o calafate, o pintor. Quem não sabia construir barco, calafetava ou pintava. De toda forma ganhava dinheiro”, afirma Júlio Queiroz, considerado um dos maiores carpinteiros navais da região. No trabalho de carpintaria não existe vínculo empregatício entre os trabalhadores e o dono do estaleiro. Não existe contrato assinado e os trabalhadores recebem através de diárias ou pelo sistema de empreita. No caso da diária, o trabalhador cumpre horário e tem data certa para entregar a obra. A diária no Bailique está sendo paga ao valor de 70 a 80 reais. Já na empreita se acerta um determinado serviço por um valor combinado, mas não existe a necessidade do cumprimento de carga horária diária integral.

No entanto, a falta de interesse dos jovens pela profissão, aliada à escassez de madeira e à pouca demanda do mercado, devido à queda da pesca verificada nos últimos anos, pode levar à extinção esse importante setor da economia bailiquiense. Um mercado que tem sobrevivido graças à entrada em cena das rabetas. Atualmente, um outro setor que vem crescendo bastante na região é a carpintaria civil. Com o projeto de assentamento, houve uma grande demanda de construção de casas residenciais para a população assentada e isso abriu as portas para essa nova área de mercado.

Ainda assim, são as rabetas que comandam o mercado da carpintaria no Bailique. Mas, apesar de sua praticidade e mobilidade, esses barquinhos motorizados poderão causar sérios problemas ambientais à região devido ao uso de combustível fóssil para o seu funcionamento, além, é claro, de quebrar o silêncio que antes era exclusividade da sinfonia das florestas.

Hoje, ao aportarmos na região do Bailique, nosso barco é cercado por rabetas de todos os tamanhos e modelos, mostrando que além do transporte pessoal, essas embarcações também são usadas na atividade comercial com o transporte de passageiros e de mercadorias, são as rabetáxis.

Outro meio de transporte que também tem aparecido bastante nos últimos anos é a voadeira, movida a motor de popa, o que demonstra um aumento no poder aquisitivo do bailiquiense, já que a aquisição desse transporte é cara, assim como a sua manutenção. O litro da gasolina no Bailique chega a custar quase 80% a mais do que o valor vendido na capital. Além de ser

um transporte caro e poluente, a voadeira não gera nenhuma renda para o bailiquiense, já que seu casco, feito de alumínio não é feito naquela região. O casco e o motor são comprados em lojas da capital amapaense. De qualquer forma, mesmo que o aparecimento das rabetas e voadeiras releguem às montarias o papel de peça de museu e provoquem um desequilíbrio ambiental, nada mais são do que o reflexo de que a modernidade está chegando também àquela região. E, da mesma forma como o Bailique é cercado de água por todos os lados, está também cercado de rabetas por todos os cantos.

●●● CAPÍTULO XII: O CICLO DO CARANGUEJO



CARANGUEJO: já foi uma das atividades econômicas do período de inverno do Bailique

A cultura de um povo é intermediada por diversos aspectos. E o econômico é um deles. Uma simples atividade econômica pode interferir na dinâmica de uma sociedade e influenciar no comportamento de seus integrantes. Foi o que aconteceu com o povo bailiquiense durante o ciclo do caranguejo na região. Uma atividade econômica que não só trouxe renda para aquele povo, mas que modificou a dinâmica social da paisagem local.

Houve um tempo no Bailique que os homens praticamente sumiam do arquipélago. E não estavam no mar pescando como historicamente sempre fizeram. Esse período compreendia os meses de janeiro a abril. Uma vez em cada um desses meses, as esposas tornavam-se chefe das famílias. Até as crianças maiores queriam embarcar nessa aventura. Estamos falando da captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*). Um crustáceo capturado nos manguezais do Sucuriju e Ramudo, duas localidades do município de Amapá.

A Vila do Sucuriju é localizada no litoral do município de Amapá, às margens do Oceano Atlântico. Rico em caranguejo, sua captura era quase

exclusivamente feita pela população local. Poucos bailiquienses se aventuravam a capturar caranguejos ali. O destino dos bailiquienses era os manguezais do Ramudo, um igarapé que deságua no Oceano Atlântico. Em suas margens, imensos manguezais abrigavam grandes quantidades de caranguejos. Era ali que os bailiquienses rumavam nas águas lançantes de inverno.

Mas antes que chegassem lá, os caçadores de caranguejo já tinham realizado um grande planejamento de aproximadamente 15 dias e que envolvia toda a família. E é pegando carona na memória do Raimundo Mira, o Cabeludo, que contaremos um pouco dessa aventura. O Cabeludo é um daqueles caras que nunca fugiu do trabalho, desde pequeno ajudou no sustento da família. Filho de Antonio Barbosa, Cabeludo é casado e tem um casal de filhos. Morador da Comunidade São João Batista, ele conhece como poucos cada pedaço de chão do Bailique.

O planejamento para a captura do caranguejo começava com a escolha do lançante certo. Aquele em que a água crescia mais. “Se errasse o lançante, não pegava nada”. E a experiência e o conhecimento da lua era essencial para minimizar os erros. Segundo o Cabeludo, a maré cresce mais nos lançantes de lua cheia. Se desse com chuvas e trovoadas melhor ainda, isso ajudava a água a crescer e alagar o manguezal. Depois de escolhido o lançante era preciso formar a equipe. Cada barco levava, em média, 12 pessoas. Escolher os camaradas certos, com experiência e espertos, rendia uma grande remessa. Quanto mais caranguejos pegassem, maior seria o lucro da equipe.

Com a equipe formada, cada camarada tinha a missão de produzir ou mandar produzir os paneiros, uma espécie de cesta tecida com talas de buriti, para aprisionar os caranguejos. “A nossa responsabilidade era cortar os caules de buriti, a tecelagem dos paneiros ficava por conta das mulheres”, conta Cabeludo. Por viagem chegavam a levar cerca de 100 paneiros. Por isso, essa preparação tinha que ser com bastante antecedência. Quando a viagem se aproximava era preciso se aviar, comprar os mantimentos para levar. “Era pouca coisa, tipo sal, açúcar, café, bolacha, temperos, o básico e suficiente para passarmos uma semana”. Essa despesa era dividida com todos os integrantes da equipe. Quando a viagem não dava lucro, o prejuízo também era rateado com os camaradas.

Com a despesa pronta, paneiros empilhados e equipe a postos era preciso partir. “Nós tínhamos que viajar sete dias antes da lua cheia, não podíamos

facilitar. O oceano é muito perigoso nas águas lançantes. Tinha muita correnteza, maresia e pororoca”, afirma Cabeludo. Sem o devido planejamento e experiência o barco poderia ser facilmente engolido pelo mar.

Os barcos saíam do centro do Arquipélago e geralmente ancoravam na costa do Bailique para pescar alguns peixes para levarem como alimento. Ali esperavam a próxima maré para rumar até o Ramudo. “Tínhamos que sair do Bailique e entrar no Ramudo na mesma maré. Não podíamos errar. Caso não conseguíssemos entrar no Igarapé do Ramudo, seria uma sentença de morte. A pororoca não perdoava”, relata Cabeludo. A viagem durava cerca de seis horas atravessando a foz do Rio Araguari e navegando pelo litoral do município de Amapá, até adentrar o rio. Ancorado e tranquilo, era só esperar a água crescer para iniciar a captura do caranguejo.

Enquanto isso, o Igarapé Ramudo, até então selvagem e deserto, transformava-se na capital dos homens do Bailique. Nenhuma mulher ousava enfrentar aquela aventura. “Aquele trabalho não era para mulher. Era só pra gente metido a doido”, brinca Cabeludo. Sentindo-se livres de qualquer tipo de censura e pudor, aqueles homens aproveitavam para aprontar, farrear e falar besteira. Algumas equipes levavam caixas de cachaça. E isso ajudava a animar a galera. Enquanto a captura não começava, todas as equipes pareciam uma só. “Era uma gritaria pra todo lado”. Aquele momento era especial, pois grande parte da população masculina do Bailique estava ali, vivendo numa integração. Pelo menos até a captura começar. Nesse momento, as equipes também aproveitavam para pescar e caçar. Era preciso estocar comida, pois quando a caçada ao caranguejo começasse, ninguém teria tempo para mais nada.

E depois que a água lançante invadia o manguezal e os caranguejos saíam de seus buracos para andar pelo igapó, era dada a largada para a sua captura. Nesse momento, todas as equipes se tornavam adversárias. Uma guerra pela melhor estratégia. Cada uma traçava seus planos às escondidas. Se alguma equipe achasse um local cheio de caranguejos, fazia de tudo para manter o local em segredo. É o Cabeludo que entrega a estratégia: “Quando a gente pegava muito caranguejo numa área, a gente deixava os paneiros no mato, transportava pro barco somente à noite. Se alguma equipe soubesse, eles iam nos seguir e acabar com o nosso caranguejo”.

A captura do caranguejo no manguezal era muito arriscada. O terreno é cheio de raízes de árvores que impedem o deslocamento rápido. “Temos que andar com a água na canela e até na cintura. Não sabemos onde pisa-

mos e muitas vezes furamos o pé em tocos de árvores. E tem também as cobras, arraias que podem te ferrar”, relata Cabeludo. A maioria das pessoas andava descalço. Os sapatos ou botas dificultavam a locomoção pelos igapós cheios de água e também para subir nas raízes das árvores.

Os caranguejos são capturados enquanto estão andando pelos igapós. Dentro da água barrenta é impossível vê-los. As bolinhas d’água de sua respiração é que davam o sinal de sua localização. “Quando a gente vê as bolinhas surgindo na água é só meter a mão e pegar ele”. Mas mesmo com anos de experiência, os caranguejeiros eram surpreendidos com a unhada do crustáceo. “Quando a gente levava uma mordida de caranguejo, a dor era tanta que a gente quebrava o caranguejo numa árvore. Mesmo assim a unha dele ainda continuava apertando a gente”, reclama Cabeludo.

A captura de caranguejo era feita do dia de lua cheia até dois dias depois. “Temos que unir todas as nossas energias nesses três dias e pegar o máximo que podemos”. Cabeludo relata que o sacrifício era muito grande. “Tínhamos que dormir praticamente empilhados, um no lado do outro dentro do barco, numa quentura insuportável. Não dava para abrir as janelas do barco para entrar um ventinho porque o barco ia encher de carapanãs”.

Depois de dois dias após a lua cheia, a água começava a sair do manguezal, os caranguejos se recolhiam para seus buracos e ficava impossível a sua captura. E com a remessa pronta era hora de enfrentar os perigos do mar novamente e voltar para o Bailique. “A nossa estada no Bailique era rápida. A gente só entrava lá para deixar uns caranguejos para a família, pegar umas roupas e seguir direto para Macapá, onde os caranguejos seriam vendidos”. Cabeludo conta que chegavam a pegar uma média de três mil caranguejos por viagem. Sua maior remessa foi de cinco mil. Se fossem vendidos nos dias de hoje, em que um caranguejo custa em média três reais, uma remessa de três mil caranguejos renderia nove mil reais. Com esse dinheiro era paga toda a despesa consumida na viagem e o restante era dividido entre a equipe. O dono do barco, que geralmente era o encarregado da equipe, recebia um valor a mais para a manutenção da embarcação.

O bom dinheiro arrecadado com a venda do caranguejo compensava todo o sacrifício enfrentado por esses valentes caranguejeiros. Só que a captura descontrolada da espécie reduziu drasticamente a população de caranguejos da região. E no ano de 2002, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – Sema baixou a Portaria nº 209/2002 – Sema/AP, proibindo a captura de caranguejos no Estado do Amapá por um período de dez anos, nos meses

de janeiro a abril. A medida visava proteger o período de reprodução dos caranguejos para que a espécie ficasse livre da extinção. Cabeludo chegou a voltar outra vez no manguezal, mas não encontrou mais caranguejo. Por ironia do destino, depois que a caça ao caranguejo foi proibida, o manguezal foi se acabando também. Parte da área onde se pegava caranguejo foi levada para o fundo do mar, acabando com a riqueza que alimentava a população bailiquiense nos tempos de inverno.

Com o fim do Ciclo do Caranguejo que sustentava o povo bailiquiense no período de inverno, os caranguejeiros tiveram que buscar outras alternativas de renda. A produção de açaí foi uma delas, mas a medida que mais ajudou os caranguejeiros foi a instituição do Seguro-Defeso para o pescador profissional que exerce atividade de forma artesanal. Esse seguro foi criado pelo Governo Federal em 2003 por meio da Lei nº 10.779 e veio beneficiar a maioria dos caranguejeiros, que eram pescadores também, mas que suspendiam as atividades no período de inverno para capturar o caranguejo.

O valor do seguro depende da categoria do pescador, geralmente corresponde ao pagamento de quatro parcelas no valor de um salário mínimo. De acordo com a Colônia de Pescadores Z-5 do Bailique, existem no arquipélago cerca de 1.800 pescadores associados. Destes, 1.550 estão aptos a receberem seguro-defeso. Para garantir esse direito, o pescador precisa estar cadastrado na colônia e estar em dia com a contribuição mensal.

Cabeludo e seus irmãos aproveitaram o fim do Ciclo do Caranguejo e venderam o barco usado na captura do crustáceo. Com o dinheiro, montaram uma movelaria, onde trabalha confeccionando móveis em madeira, junto com um dos irmãos.

PARTE III

UMA VILA PROGRESSO

●●● CAPÍTULO XIII: UMA VILA PROGRESSO



VISTA DE VILA PROGRESSO: sede do Arquipélago do Bailique

Os primeiros povoados do Bailique eram constituídos, geralmente, por pessoas que detinham certo grau de parentesco. Eram pequenos núcleos familiares formados pelos filhos que se casavam e iam construindo suas casas próximo dos pais. Localizados às margens dos igarapés, as casas em estilo palafitas, contrastavam com a paisagem natural das florestas. Alguns desses povoados foram crescendo e outros desapareceram. Aqueles que conseguiram se manter com o tempo foram tornando-se comunidade, abarcando os primeiros serviços públicos da região.

As escolas foram as primeiras instituições a chegarem ao Bailique, na década de 1940. Quatro décadas depois apareceram os postos de saúde e contribuíram para o movimento populacional em torno das comunidades mais estruturadas. É dentro desse contexto que nasce a Vila Progresso. Uma comunidade cujo nome traduz esse novo momento histórico vivido pelo Arquipélago do Bailique. E quem nos conta essa história é Júlio Queiroz, o popular Julico. Ninguém melhor do que ele, que ajudou a fundar aquela comunidade e que foi um grande líder comunitário do arquipélago, para nos levar pela linha do tempo da Vila Progresso.

Aposentado, Júlio Queiroz Filho, o Julico, como é conhecido na região, tem 72 anos de idade. Mas apesar da aposentadoria, Julico não para de trabalhar. Com a roupa surrada e o corpo suado, ele está sempre no seu estaleiro cuidando da sua paixão, a carpintaria naval. Tem o costume de usar duas bermudas, uma por cima da outra. E quando precisa sair do trabalho para fazer outra coisa é só retirar a bermuda de cima e já está pronto para encarar outro compromisso. É ele quem cuida da manutenção da União, a lancha da família que transporta passageiros para Macapá. É dela que vem o sustento da maioria de seus filhos.

Casado com Marizete Barbosa, Julico é pai de nove filhos, orgulha-se de ser avô de 34 netos e já possui seis bisnetos. Um homem feliz, como ele próprio se define, pois teve a oportunidade de ensinar muita coisa importante a seus filhos. Se voltasse no tempo ensinaria a arte de juntar caroço, porque era uma forma de ganhar dinheiro usando a floresta, sem destruí-la. “Se voltasse esse passado do Bailique, eu não tendo o que fazer aqui com meus filhos, eu saía pro mato de manhã para juntar castanha, vamos supor que desse 5 reais uma caixa de caroço. Aí de tarde nós estávamos com 10 caixas, era 50 reais que nós ganhávamos, já dava pra comprar um rancho”, comenta Julico.

Julico nasceu na Ilha do Marinheiro, no lugar onde está assentada a Vila Progresso. Ali moravam seus pais Júlio e Ormindá Queiroz e a família de seu tio Juca Amanajás. Julico iniciou seus estudos com sete anos de idade, na Ilha do Brigue. O professor Ribamar foi quem lhe ensinou as primeiras letras. Depois frequentou a Escola do Buritizal, mas nunca passou da primeira série. Julico não tem um alto grau de estudo, mas quem o conhece sabe que o tempo cuidou de lhe educar muito bem na escola da vida. Julico conhece como poucos a história do Bailique e se arrisca a contextualizá-la com a história do Brasil. Faz isso com tanta segurança que é difícil acreditar que Julico tenha parado de estudar. Na verdade não parou. Ele está sempre atualizado com as notícias que as antenas parabólicas lhe captam e não deixa de visitar os livros dos filhos.

Apesar de seu pouco estudo, Julico reconhece a importância da educação formal para a vida das pessoas. Por isso, sempre se preocupou com o futuro dos filhos. Queria que eles tivessem a oportunidade de ter uma boa educação escolar. Mas não queria que seus filhos passassem horas remando nos rios para chegar a uma escola e nem que morassem com outras pessoas, longe de casa, para estudar. Julico teve que fazer isso quando

criança e não queria que seus filhos passassem pela mesma experiência. A escola mais próxima do lugar onde viviam estava localizada na Vila do Moacir, descendo o Rio Marinheiro. Mas por capricho da natureza, essa comunidade sofreu um processo de erosão e muitas famílias se mudaram dali e a escola ficou abandonada, no meio do mato.

Enquanto isso, o povoado onde morava com os pais foi crescendo, ali foi construída a Igreja Pai Nosso. Tudo com o incentivo do Julico: “Eu sempre fui o incentivador, o curioso, cuidava das coisas que eram implantadas na comunidade”. Mas faltava um nome para a pequena vila que se formava às margens do Rio Marinheiro, “pensei e sugeri Progresso. Progresso porque começou com duas casas e já existia mais, então a vila estava progredindo, aí ficou o nome de Vila Progresso”.

Na outra margem do rio um novo povoado também foi se constituindo, era a Vila Macedônia. Seus moradores foram os primeiros evangélicos da região. Em 1978, a Operação Aciso – que era uma ação cívico-social, liderada pelas Forças Armadas e que contava com o apoio do governo e prefeitura – chegou ao Bailique para oferecer assistência social àquele povo. Além de levarem assistência médica, distribuição de alimentos, corte de cabelos, distribuição de mudas e outros serviços à comunidade, a operação providenciou a construção de um posto policial na Vila Macedônia.

Até a construção do Posto Policial da Vila Macedônia, o Bailique tinha um comissariado que funcionava na Cacipesca, localizada na Ilha do Brique. A Cacipesca era uma espécie de colônia dos pescadores. O prédio onde funcionava essa instituição era grande e, por isso, também abrigava outros serviços à população como a emissão de documentos. Ali funcionou a primeira cadeia do Bailique. O primeiro comissariado foi liderado pelo comissário Paiá. Depois veio o Santo Abrísio que fez história na região. “Era um sujeito muito ignorante, não sabia ler e só fez inimigos aqui”, conta Benedito dos Santos. Seu reinado acabou quando achou de prender um dos moradores mais ilustres e ricos da região. Foi transferido para Macapá e nunca mais botou os pés no Bailique. A cacipesca foi demolida e seu material foi usado para a construção do posto policial da Vila Macedônia.

E foi durante a realização da Operação Anciso no Bailique, em 1978, que Julico ficou sabendo da construção de dois postos de saúde na região. Era a oportunidade de conseguir algum benefício para a sua vila. Ele não se contentava porque as outras comunidades estavam se beneficiando com

escolas, posto policial e a sua não tinha nada. E como o Julico é um daqueles caras que não espera sentado as coisas acontecerem, partiu para Macapá. Sabia que era ali que as decisões eram tomadas.

Chegando a Macapá, marcou audiência e foi falar com o governador do Território Federal do Amapá, que na época era o Capitão de Mar e Guerra Arthur de Azevedo Henning. Este governou o território no período de abril de 1974 a março de 1979. Quando chegou ao palácio do governo foi anunciado como um líder comunitário de uma nova comunidade que surgia no Bailique e que estava ali para fazer uma solicitação:

- Fale seu Júlio!

- Não, Vossa Excelência, eu vim aqui porque foi construído agora recentemente um posto policial na Vila Macedônia, foram construídas escolas em outras comunidades. E a nossa comunidade já está grandinha e ainda não tem nada. Então eu soube que serão construídos dois postos médicos no Bailique e não se sabe ainda o local. Então eu vim de oferecido um pouco, mas também, lá a nossa comunidade é o centro do Bailique, e ver se não é possível construir um dos postos médicos lá.

- Seu Júlio você não tem uma casa por lá para funcionar esse posto?

- Olha, nós temos duas casas que eu vim incumbido de oferecer. Estão pintadinhas, são casas de pobre, mas acho que dá.

- Quanto, mais ou menos, você vai cobrar pelo aluguel dessa casa?

- Nós combinamos com a comunidade, se servir, a gente não vai cobrar nada. A gente só quer o serviço.

O governador então mandou chamar o Dr. Barauna, que era o seu Secretário de Saúde, e pediu que providenciasse remédios e enfermeiro para serem encaminhados ao Bailique, para a Vila Progresso. Júlio saiu de lá com a promessa de que dentro de um mês o posto médico seria implantado em sua comunidade. “Aí eu vim embora. Quando cheguei no Bailique foi um falatório, ninguém acreditava que eu tinha falado com o governador. Outros não acreditaram: quem era eu para falar com o governador? Fui de sandália mesmo! É um homem igual a gente”!

E decorridos 15 dias da audiência, uma comitiva do governo aportou na Vila Progresso com todo o material. Tinham desistido da casa e iriam construir o posto em definitivo. Só que aí surgiu um grande entrave. Era tempo de campanha eleitoral para a Câmara Federal e havia um racha entre o governo e o prefeito. De um lado estava o governador apoiando o candidato Paulo Guerra e do outro, o prefeito Cleyton de Azevedo que

tinha como candidato o Clark Platon. Dias antes o pessoal do prefeito tinha aportado no Bailique e enchido a vila de cartazes e placas do Platon. Quando o pessoal do governo chegou para construir o posto médico quiseram voltar na mesma hora:

- Pô, mas que negócio é esse seu Júlio? Tu disseste que estava com a gente, com o governador. Como é que tá tudo cheio de placa e bandeira do Platon aí? Tu sabe que o candidato do governador é o Paulo Guerra – retrucou o tenente Álvaro, que chefiava a comitiva governamental, com seu sotaque carioca.

- Olha, tenente, isso aqui não fomos nós que pregamos. Eles que subiram aí, a equipe deles.

- Sendo assim, nós vamos escolher uma outra comunidade pra desembarcar essa madeira e construir o posto médico. Porque eu tô achando que vocês não querem esse posto aqui.

- Não, a gente quer sim. Se é esse o problema, a gente arranca todas essas placas e bandeiras.

Aí o pessoal da vila pulou e arrancou os cartazes e placas. E então o posto foi construído. Foi o primeiro serviço público implantado na Vila Progresso. O primeiro enfermeiro do Posto de Saúde da Vila Progresso foi Juracy, depois veio a Mirtes e, em seguida Manoel Queiroz. O outro posto foi construído na comunidade do Limão do Curuá.

No dia da inauguração, apareceu a comitiva do governador, o novo prefeito de Macapá, Domício Magalhães, com seu pessoal, e também a equipe da Legião Brasileira de Assistência – LBA. “Então eu aproveitei que o prefeito estava na comitiva e falei que um posto médico não podia funcionar à luz de lamparinas, pois o querosene fazia mal para os pacientes”. E assim aconteceu, ainda em 1979 o Posto de Saúde ganha seu motor de luz. “Eu estava pro norte pescando e quando eu voltei o motor já estava instalado, a usina pronta, faltava só inaugurar e funcionar, deixaram a chave pra mim”. Para a inauguração, o prefeito voltou novamente ao Bailique. Na oportunidade, resolveram escolher um representante da Prefeitura de Macapá no Bailique. A oportunidade foi dada ao Julico, mas este dispensou, pois era muito ocupado. Indicou para o cargo o seu amigo e companheiro de luta, Cláudio dos Santos Barbosa.

●●● CAPÍTULO XIV: O SALVADOR BAILIQUENSE



UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE VILA PROGRESSO: principal unidade de saúde do Bailique

solada dos centros urbanos a população bailiqueense custou a contar com o serviço de saúde pública. Somente em 1978, a região ganhou os dois primeiros postos de saúde. Um deles foi construído na Comunidade do Limão do Curuá e o outro, na Vila Progresso. Antes disso, a população se ajeitava com os remédios caseiros e com a orientação dos pajés. Nessa época, os quintais das casas eram cheios de plantas medicinais. Até hoje essa tradição ainda persiste, mas já não é a única opção de saúde das pessoas dali. Luiza Rocha, de 59 anos, moradora da Comunidade São João Batista, viveu nesta época e ainda guarda a tradição de plantar e usar os remédios caseiros. Ela diz que antigamente morriam muitas pessoas e ninguém sabia de quê. “Dizem por aí que antigamente não existia essas doenças que matam tanta gente hoje, mas quem vai provar que não existia se as pessoas morriam aos montes e ninguém sabia qual era a doença?”

Com o surgimento dos postos de saúde, o povo bailiqueense passou a ser assistido pela rede de atendimento do Território Federal do Amapá. Só que a construção de apenas dois postos para atender a uma região tão isolada como o Bailique, era quase impossível que esse serviço atendesse

a todas as demandas do arquipélago. Manoel Queiroz Barbosa, também conhecido como Padeiro, foi um dos primeiros enfermeiros do Bailique. Na verdade é o terceiro a assumir o posto da Vila Progresso, depois do Juracy e da Mirtes.

Filho de um dos maiores líderes comunitários do Bailique, o Cláudio dos Santos Barbosa, Manoel tinha 18 anos quando seu pai faleceu. Deixou na sua responsabilidade e de sua mãe, Maria Meriam Queiroz, o rumo de sua família. Teve que trabalhar muito cedo para garantir que seus irmãos pudessem ter um bom futuro. Por isso, pulou algumas etapas de sua juventude e tornou-se adulto mais cedo. Mas não se arrepende, fala com orgulho de ver seus nove irmãos formados ou empregados: “os meus irmãos venceram na vida, eles aproveitaram as oportunidades”.

Bailiquiense de coração e de criação, Manoel nasceu na Ilha do Faustino, na Comunidade do Bom Jardim, antigo “Pau Torto”. Depois se mudou para a Vila Progresso, onde vive até hoje. Em 1982, com apenas 17 anos fez um curso de auxiliar de enfermagem e no ano seguinte foi contratado pela Prefeitura de Macapá para trabalhar no posto de saúde da Vila Progresso. Atualmente, com 50 anos de idade, Manoel possui 31 de serviço público. Desses, 18 são dedicados à saúde pública do Bailique, desenvolvendo suas atividades no posto da Vila Progresso. “Trabalhei sozinho, levei nas costas essa saúde do Bailique por muitos anos”.

Trabalhando em situação precária, Manoel enfrentou muitos desafios. Ali ele tinha que exercer vários papéis. “A gente passava o remédio, administrava e aplicava, porque não tinha outra pessoa”. Qualquer caso que chegasse ali ele tinha que atender, independentemente da enfermidade. “Não tinha outro jeito, ou você fazia ou então a pessoa ia morrer. Até hoje vai morrer, quando for caso de morte aqui no Bailique. A gente mora numa região muito distante, depende muito de maré, quando tem maresia você não pode correr de voadeira. Aí você pode ir pela estrada, mas é uma longa viagem também, porque até chegar no Pacuí pra pegar o carro o doente pode falecer”. Por isso, Raimundo Magalhães dos Santos, um bailiquiense nato, defende a necessidade de uma unidade mista de saúde na região, com médico e estrutura para cuidar daquele povo, sem ter que encaminhar paciente para a capital ou que as pessoas tenham que vir até Macapá para fazer um simples exame laboratorial.

Manoel carregou muitas vidas na mão e algumas vezes achou que não ia dar conta. Ele lembra de um caso, quando ainda era novo na profissão, que

teve que enfrentar. Houve uma grande briga entre palmiteiros na Comunidade do Igarapé Grande da Terra Grande e muitos dos envolvidos ficaram gravemente feridos. “Era muita gente com aqueles golpes de terçado, tudo aberto. Negócio bravo. Aí eu tive que encarar, não tinha outro jeito. Eu sou muito bom na minha profissão. A gente ponteava por dentro e depois a gente ponteava por fora com outro material”, e todos ficaram bons. Depois dessa prova, Manoel estava pronto para enfrentar qualquer situação.

E até numa área onde as parteiras reinavam no Bailique, Manoel deu sua contribuição. Foi por meio de seus conhecimentos que muitas crianças vieram ao mundo e até hoje se sente preparado para fazer partos. “Fiz muitos partos. E até hoje eu sei fazer. Se pintar uma emergência eu vou e faço. E sou muito bom nessa parte aí”.

Além de ser muito bom naquilo que faz, como ele próprio se define, Manoel é apaixonado pela profissão. “Não tem coisa melhor do que você ver o cidadão bem. Tu fazer algo por alguém. Quando tu faz o bem, tu salva alguém, tu pontia, tu fez um parto... tu se sente aliviado”. Ele diz que sempre dedicou 95% de sua vida ao trabalho. Diz que é por isso que não pensa em casamento. Já experimentou o matrimônio uma vez, tem um casal de filhos, mas não pretende repetir a experiência.

Depois de ter trabalhado 18 anos na área da saúde, em 2001 assumiu a Agência Distrital do Bailique, durante o mandato do prefeito João Henrique Pimentel, e antes que completasse os dois mandatos do prefeito, pediu a sua exoneração do cargo. Foi uma experiência frustrada. “A Prefeitura não tem estrutura para dar apoio para o Agente Distrital aqui no Bailique”.

Desde então não voltou mais para o Posto de Saúde. Como ele já era oficial de cartório da região e com a implantação do Posto Avançado do Tribunal de Justiça na Vila Progresso, acabou sendo remanejado para ficar à disposição da justiça, trabalhando como representante do tribunal no arquipélago. “O Posto avançado é assim, suponhamos que tem uma intimação para fazer no Bailique, aí a diretoria do fórum me manda e eu vou até a pessoa e intimo. E também posso fazer reclamação, se a pessoa quer receber uma dívida de alguém, aí procura logo o posto avançado, e então eu faço o registro aqui. Abro o processo e vou lá intimar as partes para quando o juizado itinerante vir, as pessoas comparecem para fazer o acordo. Esse é o papel do posto avançado”.

E foi no prédio do Cartório, na Vila progresso, que fomos recebidos pelo

Manoel para conversarmos um pouco sobre a saúde no Bailique. Era expediente normal, mas ao invés do paletó e gravata, Manoel usava camiseta regata e bermuda. Os sapatos sociais foram substituídos pelas sandálias. Manoel, com seu característico cavanhaque, atendia ao telefone muito à vontade. Esse é o seu jeito de trabalhar que, apesar de recusar os protocolos da profissão, não deixa a desejar no cumprimento de suas obrigações.

Apesar de sua ausência da área da saúde, Manoel tem vontade de retornar à sua antiga profissão. “Eu, de vez em quando, eu aplico injeção. As pessoas vêm aqui: Pô Manoel aplica aqui, no posto eles não aplicam. Aí eu aplico, aqui mesmo. Então, se eu tiver que voltar vai ser isso. E até estou pensando em montar aqui um ambulatoriozinho para ajudar as pessoas”.

Manoel é muito querido pela população bailiquiense e na Vila Progresso é amigo de todo mundo. Quando vai caminhando pela ponte, que são as ruas do Bailique, brinca com as pessoas que estão na porta de suas casas, reparte biscoito com as crianças e distribui apertos de mão a todos que encontra pela frente. “Eu sou muito querido aqui, por causa do trabalho que eu fazia. Eu ia na casa das pessoas, aplicava injeção... hoje não tem mais isso, hoje virou urbano. A Vila Progresso virou um espaço urbano, os enfermeiros não vão mais na casa te visitar”.

Manoel concluiu seu ensino médio recentemente. Formou-se em magistério pela Escola Bosque em 2000, mas diz que nunca pretendeu seguir a profissão de docente, acha que não leva jeito. Quer mesmo é continuar seu trabalho, ao lado das pessoas e no lugar que ama. “O meu desejo mesmo é viver no Bailique, até quando Deus precisar. O meu pensamento é trabalhar, sempre ajudar as pessoas. Sempre foi assim e sempre vai ser. Eu não penso em mim, cara, eu vivo para ajudar as pessoas, eu gosto de ajudar as pessoas”.

O serviço de saúde pública no Bailique sempre foi e continua sendo muito deficiente. Atualmente, apenas o Programa Saúde da Família é executado na região pela Prefeitura de Macapá. Os profissionais da saúde que atuam nesse programa deveriam desenvolver ações preventivas junto à população local. No entanto, com a ausência dos serviços de emergência e urgência, esses profissionais são obrigados a atuarem nesse tipo de atendimento também. Mas a falta de estrutura e de pessoal especializado tem comprometido a eficiência do trabalho. Diariamente são encaminhados pacientes para a capital porque as unidades de saúde local não conseguem atender aos diferentes casos de doenças que ali chegam.

Como não bastasse a deficiência do atendimento nos postos de saúde locais, os pacientes ainda têm de ser transferidos para Macapá em barcos de passageiros lotados, muitas vezes custeados pela própria família. Os outros são transportados através de voadeiras enfrentando o balanço das águas e correndo o risco de morrer mais depressa ou falecer afogado nas águas agitadas do Rio Amazonas. Os serviços de exames ambulatoriais não são feitos na região. Para obter esse tipo de serviço, as famílias precisam se deslocar até Macapá. Um custo e tempo que poderiam ser evitados, caso o poder público cumprisse com o seu papel de ofertar serviços básicos e de qualidade à população.

●●● CAPÍTULO XV: A LEGIÃO



ASSEMBLEIA: os rumos do Bailique eram decididos pelos conselheiros do CCB

No início da década de 1980, Julico deixa a Vila Progresso, a comunidade que ajudou a formar e vai morar no município de Amapá. Mas enquanto esteve ausente do Bailique, a vida no arquipélago continuou, mesmo com o descaso do poder público. Mas ainda na década de 1980 surge uma grande esperança na vida daquele povo. É chegada ao Bailique a Legião Brasileira de Assistência, a LBA.

A LBA era uma instituição que prestava assistência social ao povo brasileiro. Foi fundada em 1942, pela primeira-dama do Brasil na época, Darcy Vargas, esposa do presidente Getúlio Vargas. Sua finalidade inicial era prestar assistência às famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial. Com o fim do conflito, a LBA estendeu sua assistência às famílias carentes de todo o País, expandindo sua atuação a todos os estados brasileiros. E foi com Magalhães que essa instituição chegou ao Bailique na década de 1980, enquanto esteve como superintendente da instituição no período de 1978 a 1986.

Raimundo Magalhães dos Santos, o Dr. Magalhães, nasceu na Localidade de Gurijubinha, próximo da Comunidade Foz do Gurijuba, no Baili-

que. Com quatro anos, mudou-se para Macapá com sua família. Ele e seus irmãos precisavam estudar. Na capital, formou-se em contabilidade. “Era o sonho de meu pai. Quando eu terminei o curso, entreguei-lhe o diploma e disse: esse aqui é seu. Agora eu vou correr atrás do meu”. Magalhães sonhava em ser médico veterinário e atrás desse sonho foi parar em Minas Gerais. Enfrentou dificuldades, mas conseguiu realizar seu sonho. E apesar de ter propostas para trabalhar na capital mineira e em Belém, preferiu voltar a Macapá e empregar seus conhecimentos em seu estado natal.

Em 1978 assumiu a superintendência da LBA no Estado do Amapá. Cargo que exerceu até 1986. E foi nesse período que Magalhães resolveu dar a sua contribuição direta ao povo de sua terra. Mas queria fazer isso construindo uma aliança com as comunidades. Propôs então a criação de um conselho de representantes. Nasceu o Conselho Comunitário do Bailique, o CCB. O conselho era constituído de representantes de todas as comunidades da região, eleitos diretamente pelo seu povo. A partir da criação e formalização do conselho e de seu reconhecimento enquanto órgão colegiado da população bailiquiense pelos governantes, todas as decisões, implantação de serviços e obras públicas no arquipélago só eram executadas mediante consulta e aprovação do conselho. “Era a comunidade que sabia se determinado serviço ou obra era importante e atendia as suas necessidades”, afirma Magalhães.

Enquanto o restante do País sofria o período de repressão implantado pelo Regime Militar, após o golpe de Estado em 1964, o Bailique vivia seus anos dourados. A parceria com a LBA e os benefícios recebidos pela população, até então praticamente desassistida pelo poder público, enchia aquele povo de esperança. Através da LBA, Magalhães coordenou a construção de creches, fornecimento de suplementos alimentares às crianças, gestantes e às mulheres em fase de amamentação. A instituição também emitia registros de nascimentos e ofertava cursos de costureira e manicure às pessoas das comunidades. A outra preocupação da LBA era com o lazer daquele povo. Para isso, Magalhães desenvolveu um campeonato na região, denominado Jogos Legionários do Agricultor Amapaense – o JO-LAM. O objetivo era promover a integração das comunidades por meio de jogos que retratassem a realidade local. “Tinha disputa pra ver quem chegava primeiro no cacho de açaí, quem corria mais depressa carregando uma tora de madeira, enfim. Só não tinha futebol, porque eles já praticavam esse esporte no dia a dia”. Durante essas competições, que eram realizadas em diferentes comunidades, era feita uma grande festa. A LBA

fornecia de dois a três bois para a alimentação e a população festejava e competia durante três dias.

E foi através desse contato direto com o povo do Bailique que Magalhães percebeu o grande isolamento da região em relação a Macapá. Ele então coordenou a construção de uma lancha que pudesse transportar a população bailiquiense gratuitamente até a capital. A LBA forneceu todo o material necessário para a construção, inclusive a alimentação dos carpinteiros. As comunidades entraram com a mão de obra. E em 1985, a lancha é empurrada para a água. Nascia a “União do Bailique”, um nome que sintetizava exatamente o projeto e a relação daquele povo. O Bailique tinha, assim, seu primeiro meio de transporte público para viajar até Macapá. E quando Julico voltou ao Bailique em 1986, depois de sua passagem pelo município de Amapá, encontrou a lancha pronta. “Eu participei apenas do arremate final, fazendo as estivas, janelas, o que faltava”.

Foi também na gestão de Magalhães na LBA, que o Bailique ganhou seu primeiro Telefone Público. O telefone foi instalado na Vila Progresso e contou com a parceria entre a LBA, Teleamapá, Prefeitura de Macapá e a comunidade. Pelo acordo, a comunidade ficou responsável em preparar a área onde seria instalada a torre e o prédio onde funcionaria o telefone. A Prefeitura arcaria com as obras e a Teleamapá entrava com a torre, os aparelhos e a instalação. Julico cuidou de transportar todo o material necessário de Macapá por meio da lancha União do Bailique. Foi a primeira vez que o povo bailiquiense começou a se comunicar via telefone com outras localidades, principalmente com a capital amapaense. Nesse período muitas pessoas já possuíam parentes morando em Macapá.

Para usar o telefone, bastava ter uma grana no bolso e um pouco de paciência, desde que o sinal estivesse funcionando. O telefone funcionava num pequeno prédio. Ali existia só a recepção onde a telefonista se encarregava de fazer a ligação e em seguida passava o telefone ao cliente. O problema é que com apenas um telefone público para atender toda a região do Bailique, as filas, durante os fins de semanas e feriados, eram bem grandes. Além do mais, namorar ao telefone ou trocar alguma confidência com alguém do outro lado da linha era quase impossível. Você teria que socializar a sua conversa com a telefonista e com todas as pessoas que estavam ali aguardando.

E foi também por meio da LBA que foi implantado na Vila Progresso um estaleiro naval. Magalhães diz que o objetivo era ensinar os jovens o ofício da carpintaria. “O Bailique era cheio de mestres carpinteiros e mui-

tos estavam ficando idosos, morrendo. Era preciso ensinar essa profissão aos jovens, senão ela ia acabar ali”. No entanto, em 1986, Magalhães deixou a LBA antes de ver seu projeto concluído. Julico conta que quando retornou ao Bailique, encontrou o galpão e algumas máquinas paradas. Ele então resolveu pôr as máquinas para funcionar e abriu as portas do galpão para que as comunidades bailiquienses também pudessem usufruir do serviço enquanto o estaleiro não servisse ao seu propósito inicial que era o funcionamento de uma escola de carpintaria naval que nunca viria a funcionar. “Eu era o administrador e operador da serraria, mas com direito a qualquer pessoa de outra comunidade que quisesse e soubesse operar, ele trazia a jangada dele, serrava, plainava, mas deixava a porcentagem da serraria”.

Como representante da Prefeitura de Macapá e da LBA, a liderança de Julico se expandiu para todo o arquipélago. E como um grande líder, também recebeu críticas e ganhou adversários por toda região. Julico foi denunciado inúmeras vezes por estar usando os bens da LBA em benefício próprio. As denúncias diziam que ele estava desviando os recursos da lancha União do Bailique e usando as máquinas do estaleiro em atividades particulares. Chegou a ser perseguido. Muitas vezes Julico foi abordado pela Capitania dos Portos sob a alegação de estar com excesso de passageiros. Tantas denúncias e abaixo-assinados fizeram com que a sua relação com a LBA ficasse estremecida. Chegou a brigar com a presidência da entidade até ser expulso do cargo. Julico não pode provar sua inocência e ainda viu seus adversários tomarem o seu lugar.

Mas ele não se deixou fraquejar. De consciência tranquila cuidou de seguir seu caminho, esperando que aquele mal entendido pudesse ser esclarecido. “Para viver nesse Bailique, é preciso o cara saber trabalhar. Tem muita gente, parentes, que tem um tal olho, mas só que não me derrubam. Quem trabalha, Deus ajuda”. E passados oito meses depois, Julico recebe seu cargo de volta e continua seu trabalho na lancha União do Bailique e no estaleiro naval. Era a prova de sua inocência das acusações a que fora submetido.

A parceria entre a LBA e o Bailique foi muito intensa. Ali implantou inúmeros serviços para beneficiar a população, tudo com a participação das comunidades. A LBA criou o Conselho de Representantes do Bailique, formado por lideranças de todas as comunidades. Todas as decisões eram tomadas com o aval do conselho que ora era reunido no Bailique ora no prédio da LBA, em Macapá. Quando a reunião era na capital, os

representantes eram transportados na União do Bailique. “As reuniões da LBA eram uma lindeza, com todos os representantes das comunidades, enchia o auditório. Tinha vezes que a gente podia levar as famílias. Era uma lindeza esse trabalho, a alimentação, o cara comia do que tinha. Tudo de graça, desde a passagem. Em 1986, nós éramos 14 representantes, em 1987 já eram 17”, conta Julico.

No final de 1987, Julico firma uma parceria com a Secretaria de Agricultura para levar os agricultores do Bailique para venderem seus produtos na Feira do Produtor em Macapá. O acordo consistia em cobrar apenas a passagem dos agricultores para custear a alimentação durante a viagem, sem a cobrança do frete. E a Secretaria de Agricultura ainda daria 450 litros de óleo para a viagem. Foi a primeira vez que o povo do Bailique escoou sua produção para Macapá. A Feira do Produtor funcionava atrás da Igreja São José.

Então com o aval da LBA, Julico comandou seu trabalho até a extinção da instituição em 1995. “A LBA dava muita assistência para o povo do Bailique, era o principal órgão de assistência na região. Eles davam mosquiteiro, redes, documentação, alimentação. Só que nós trabalhadores, representantes da comunidade, era tudo trabalho voluntário. Quando aconteciam os mutirões, dava muita gente. Eu, durante trabalhar na LBA, não me faltava alimentação, agora eu nunca tive salário”.

Para Cambraia, a atuação da LBA e da Operação Anciso em comunidades como o Bailique, foram processos paliativos que o Estado tenta, indiretamente, com operações que são pontuais, a suprir algumas das necessidades da população. “A incompetência do Estado em chegar e efetivamente se instalar nesses lugares e fazer com que as pessoas possam viver nesses lugares, sem necessariamente depender de uma consulta, sem que tenham que vir pra Macapá, pra ir pra Belém, leva, em alguns momentos, os governantes a desenvolverem essas políticas paliativas, pontuais que acalantam um pouco o clima em determinados momentos, mas que a estrutura continua a mesma, a estrutura precária continua a mesma”.

Existe aí também outra questão que são as disputas eleitorais locais. Essas populações são sempre utilizadas para apoiar esse ou aquele político. E nesses lugares, acabam prevalecendo políticos que estão ligados a grandes famílias, com interesses maiores, onde as populações locais são vistas somente como currais eleitorais para eleger esse ou aquele político. “De certa forma, essas populações continuam alijadas porque essas ações elas são paliativas, pontuais, e efetivamente não mudam a estrutura

estabelecida que é uma estrutura precária, uma estrutura dependente de políticas personalistas. Então quem tá fazendo alguma coisa pelo Bailique é o fulano de tal, ciclano de tal, beltrano de tal. Não é uma política de estado, é uma política de governo, uma política de governo personificado, de determinadas figuras aí”, explica o historiador.

Na década de 1990, durante a gestão de Roseane Collor, a LBA é alvo de inúmeras denúncias de corrupção. A crise nacional começou a atingir os núcleos regionais que começaram a ficar enfraquecidos. No Bailique, a luta interna entre os próprios conselheiros pelo poder na região, começou a crescer e aquela “união do Bailique” começou a se fragmentar trazendo o arquipélago novamente ao isolamento. O próprio Conselho Comunitário do Bailique ficou inoperante. A partir da década de 2000, o Bailique é inserido dentro de uma política de sustentabilidade, implantada pelo governo do Partido Socialista Brasileiro – PSB, cuja política de governo era baseada no Programa de Desenvolvimento Sustentável – PDSA. Diante desse cenário político, o conselho é chamado a participar desse novo momento da região. Só que não mais como órgão deliberativo e fiscalizador da população bailiquiense. A mudança em seu estatuto o transformou numa instituição executora de serviços públicos para o arquipélago.

O CCB foi o responsável pela construção da Escola Bosque, do Hotel Bosque, construção de passarelas nas comunidades e contratação de professores para as escolas da região. Por mais que esses serviços beneficiassem a mão de obra local e os recursos regionais, o CCB perde a sua finalidade essencial de deliberação e fiscalização. A partir daí, o conselho que foi criado para atender os interesses do povo, tornou-se um instrumento de manobra política dos grupos de poder vigentes no estado. “Com a inoperância do conselho em representar o seu povo, o Bailique está largado à própria sorte. Qualquer político ou empresário que chegar lá e querer construir qualquer coisa, levar a riqueza, vai fazer isso sem nenhuma intervenção. Não se ouve mais ninguém, não se dá satisfação para o povo”, contesta Magalhães.

Magalhães vai além, ele diz que o interesse político é fazer com que a população do arquipélago fique dividida, desunida, assim é mais fácil mandar e fazer o que bem entendem. “Enquanto o povo bailiquiense não se conscientizar que só vai ter desenvolvimento no Bailique a partir do momento que eles mostrarem que são donos do Bailique, então os interesses políticos vão mandar sempre lá, e a região não vai passar de um simples reduto político”.



CAPÍTULO XVI: EDUCAÇÃO RIBEIRINHA

Foto: Arquivo/Escola Bosque



ESCOLA BOSQUE DO AMAPÁ: Módulo Regional do Bailique

Na época em que o Amapá era território federal, o Bailique foi contemplado, na década de 1960, com dez prédios escolares. Até então, a educação formal era praticada por poucos professores em casas residenciais. As novas escolas foram inauguradas no governo de Luiz Mendes da Silva, que governou o território de 1964 até 1967. Elas foram construídas nos povoados de Buritizal, Foz do Rio Gurijuba, Limão do Curuá, Igarapé Grande da Terra Grande, Vila do Moacir, Freguesia, Franquinho, Jaburuzinho, Bom Jardim e Igarapé Grande do Curuá. Eram escolas construídas em madeira e cobertas com telha de barro. O prédio possuía duas salas, quarto, cozinha e uma varanda ao redor. O primeiro supervisor dessas escolas foi um cara chamado Batista, como conta Julico.

O surgimento das escolas no Bailique trouxe uma nova cultura para aquela região, que ainda estava muito ligada ao conhecimento empírico, baseado na tradição e na experiência de vida. Como a vida daquele povo estava bastante atrelada à natureza, aos rios, o que interessava era saber lidar com eles. As principais atividades de sobrevivência era a pesca e o extrativismo e isso não se aprendia na escola. Paulo Cambraia, professor e

historiador da Unifap, diz que as sociabilidades, os laços de amizade, de parentesco desses povos, tudo tinha o rio como grande linha que levava a vida dessa gente, tipicamente amazônicas, tipicamente da beira dos rios. E o Amapá, Macapá, e a região do Bailique, como até hoje, tem basicamente uma ligação muito forte através dos rios.

Além do mais, as dez escolas implantadas inicialmente, estavam localizadas em diferentes pontos da região e não abrangia o arquipélago inteiro. Apenas os moradores dos povoados onde a escola estava localizada e as pessoas que viviam ali próximo, tinham acesso à educação formal. Para quem morava nas redondezas, era preciso remar muito para chegar à escola. A outra saída era mandar os filhos morarem com algum parente em algum povoado onde tivesse colégio.

Naquele tempo, os professores vinham de Macapá para trabalhar no Bailique. “Era muito grande o ensino antigamente, muito pesado, aprendia realmente pra valer. A gente tinha o livro pra estudar, pra ler e lia, marcava a lição. Hoje tem alunos aí que se não tem uma calculadora na mão, ele não faz uma conta”, relata Julico. No final do semestre, vinha o supervisor de Macapá para aplicar as provas.

E foi aproveitando a passagem do supervisor Vandicão pelo Bailique que Julico deu a ideia de transferir a Escola da Comunidade do Moacir para a Vila Progresso. A comunidade sofreu um processo de erosão e muitas pessoas se mudaram dali e a escola ficou abandonada no meio do Mato. Vandicão então escreveu um requerimento em nome do Cláudio Barbosa e do Júlio Queiroz para ser entregue na Secretaria de Educação solicitando a transferência da escola para a Vila Progresso.

Novamente Julico rumo para Macapá, queria saber o encaminhamento da solicitação referente à escola. Foi recebido pelo Secretário de Educação da época, Bento Góes, que lhe disse que autorizava a transferência da escola desde que a comunidade se comprometesse a reconstruí-la e arcasse com as despesas adicionais.

- Seu Júlio você tem 45 dias para demolir e reconstruir a escola.
- Não Secretário, eu não tenho condições de fazer esse serviço dentro desse prazo. Se fosse para fazer uma nova, tudo bem, mas com a demolição precisamos de cuidado e isso leva tempo.
- Sessenta dias!
- Ainda tá pouco.

No final, o serviço ficou em 90 dias para ser realizado. Então o Julico e o

Cláudio tomaram frente e começaram a limpar a escola para demolir. Logo em seguida, Julico teve que ir para o norte pescar e quando voltou a escola já estava de esteios fincados. “Eu aproveitei pra ir a Macapá, comprar algumas tábuas e outros materiais que faltavam”. Com a escola pronta, no ano seguinte, em 1980, veio a primeira professora que foi a Graciete e a escola começou a funcionar.

Em 1981, Julico e sua família deixam o Bailique e vão morar no município de Amapá. Ali era mais perto do seu local de trabalho, o mar, onde pescava. Lá viveu durante quatro anos e quatro meses. Quando voltou ao Bailique, em 1986, encontrou seu parceiro de luta muito doente. Cláudio Barbosa faleceu em Macapá poucos dias depois que Julico retornou à sua terra natal. “Eu cheguei num sábado e na segunda-feira ele morreu”. Logo após o falecimento do Cláudio, o prefeito retornou ao Bailique e se reuniu com a comunidade para escolher o novo representante da prefeitura no arquipélago. E como Julico estava de volta ao Bailique, acabou sendo escolhido representante da prefeitura. Logo depois também se tornaria o representante da LBA na região.

A escola que inicialmente chamou-se de Vila progresso, com a morte de Cláudio dos Santos Barbosa, mudou de nome em homenagem ao grande líder comunitário. Depois outras escolas foram sendo construídas pela região. Pelos dados das secretarias de educação estadual e municipal, atualmente o Bailique dispõe de 33 escolas e quatro anexos, sendo 27 escolas estaduais e seis municipais. Pelos dados do Censo Escolar do ano de 2013, foram atendidos, aproximadamente, 3.230 alunos em toda a região. O percentual de alfabetização do arquipélago do Bailique é de 86%, abaixo do percentual de Macapá que é de 94% e do Estado do Amapá que está em 92%, conforme dados do IBGE/2010. A taxa de alfabetização indica a percentagem de alfabetização, que é a capacidade de ler e escrever, da população de uma determinada região.

Apesar desse quantitativo de escolas, a região só veio receber uma escola de Ensino Médio em 1998. Até então, continuar os estudos a partir da antiga quarta série era apenas um sonho da juventude bailiquiense. Um privilégio concedido apenas a algumas famílias que tinham a oportunidade de mandar algum filho para continuar seus estudos na capital, Macapá. E essa realidade impediu muitos jovens carentes, durante anos, de sonhar com uma boa colocação no mercado de trabalho ou cursar uma universidade. Mas ainda nesse mesmo ano é inaugurada a Escola Bosque do Amapá

– Módulo Regional do Bailique. Ela veio atender uma grande demanda quanto à oferta de Ensino Médio na região do Bailique.

Construída no meio da floresta, próximo à Vila Progresso, a Escola Bosque sempre priorizou em seu currículo, muito mais do que disseminar o conteúdo científico. Buscou construir com seus alunos uma metodologia inovadora de ensino que aliasse esse conteúdo com a vivência prática de seus educandos, numa relação de respeito e preservação do meio ambiente.

E foi esse diferencial que tornou a Escola, uma instituição de referência na Educação Ambiental para o Brasil e para o mundo. Seu método “Socioambiental” foi destaque nas mídias do País e do exterior. Contudo, com o passar dos anos essa metodologia foi sendo esquecida e a Escola Bosque tornou-se apenas mais uma instituição de ensino do estado.

De acordo com o Censo Escolar de 2013, a Escola Bosque atende aproximadamente 1.033 alunos, nas modalidades de ensino que compreende desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio. E para garantir o acesso aos alunos das comunidades adjacentes, a escola conta com 21 barcos que fazem o transporte dos educandos. Apesar dessa aparente comodidade, muitos alunos ainda passam sacrifícios para chegar à escola. Muitos deles precisam pernoitar no barco para chegar à Escola Bosque, localizada na Vila Progresso, na Ilha do Marinheiro.

Essa é a realidade de 12 alunos da Comunidade Siriúba. Ali, é a maré que determina o horário de saída de suas casas. A viagem que dura aproximadamente 40 minutos, poderia ser tranquila, caso não tivessem que enfrentar os desafios da natureza. “Às vezes só dá tempo de chegar em casa, tomar um banho, comer e já tem que voltar porque se não aproveitar a água cheia a gente não consegue chegar no horário das aulas”, relata Charles Barcelar, o barqueiro da comunidade.

O igarapé por onde trafegam, cercado pela floresta, mal cabe o barco. E fica mais difícil quando a viagem é à noite ou em tempos de chuva, como relata o barqueiro: “Quando a gente vai de viagem é comum a gente encontrar um pau atravessado, cai bastante no igarapé. Por isso a gente tem que andar com ferramentas na lancha, um machado ou um terçado pra poder cortar o pau. Nos tempos de chuva a gente tem que enfrentar, pular na água para tirar o lixo da palheta do motor. Não tem dessa, faz ser dia ou noite, chuva ou não, a gente tem que pular”.

Para Cambraia, o descaso das autoridades com o rio é uma questão histórica na Amazônia. “O Bailique, assim como outras regiões aqui do estado,

há séculos se deslocam por rios e há séculos se sabe que nessas regiões o estado precisa investir em hidrovias. Você tem na Amazônia um número cada vez menor de hidrovias. O que é a hidrovia? É a intervenção do estado nos córregos dos rios, canais, para que aquela navegação possa ser segura, com sinalização, evitando acidente. Mas isso nunca aconteceu, por uma questão básica, a hidrovia não vai aparecer para quem mora na cidade. Já o asfalto aparece para quem está aqui na cidade, por isso os governantes não se interessam em investir em hidrovias porque é um investimento, além de ser um investimento caro, as hidrovias, ao contrário das rodovias, estão associadas a atraso, à escuridão, à dificuldade e tal”.

Dessa forma, a viagem dos alunos da Comunidade Siriúba pode durar mais de duas horas se a opção for contornar a costa do Oceano Atlântico, um caminho alternativo para os dias de maré baixa, mas que não está livre do perigo. Por ali, são as maresias que dificultam o trajeto. E como dependem da maré, o horário de chegada à escola também é variável. Por isso, quando chegam cedo e, se ainda de noite, ancoram o barco na margem do rio e aproveitam os últimos instantes para tirar um cochilo. E assim que a floresta começa a acordar, é hora de pular da rede e se arrumar, ali mesmo, dentro do barco. Uma situação que pode prejudicar o desempenho desses alunos como reclama o aluno Amaral Pacheco, de 18 anos: “A gente dorme na lancha e vai com sono ainda pra escola”.

A professora Clívia Rodrigues que dá aula de Ciências na Escola Bosque diz que o cansaço da viagem faz com que esses alunos percam a atenção e vivam constantemente cochilando. Alguns chegam até a dormir na sala. Tamanha dificuldade para chegar à escola tem sido um dos motivos para a desistência de muitos alunos. Só da Comunidade Siriúba, nove já abandonaram os estudos. E o pequeno Amaral também quase desistiu de seu sonho, cursando o primeiro ano do Ensino Médio, ele quer ser policial. “Eu já estava quase desistindo, mas vou ter que continuar. A minha parte eu tô fazendo, eu tô tentando, eu quero fazer Fiscalização Ambiental”.

Além do sacrifício que os alunos enfrentam para chegar à escola, eles ainda têm que conviver com a constante falta de professores. Amaral diz que existem disciplinas sem professores desde o início do ano. O ano letivo já estava no final e ele estava preocupado com essa situação. Mas os problemas não param por aí, o barqueiro Charles Barcelar reclama do constante atraso no pagamento do transporte escolar. Eles estavam há dois meses sem receber o pagamento pelo serviço prestado. “É ruim porque a gente

compra fiado porque tem que manter a casa e a lancha e quando o pagamento sai, é só pra entregar, não sobra quase nada”, reclama o barqueiro. Essa é a saga diária dos alunos da Comunidade Siriúba, no Bailique, para terem o direito à educação garantido. Uma realidade que é a mesma de tantos outros jovens escondidos nos mais distantes e isolados rincões do arquipélago. Alunos que passam a maior parte do tempo dentro dos barcos rumo à escola, do que propriamente dentro da sala de aula ou no seio familiar. Uma situação que requer atenção do poder público para que os sonhos dessas crianças e pais não fiquem pelo caminho, ou melhor, pelos rios. Por outro lado, a população das comunidades distantes, onde os barcos escolares não chegam, tiveram que tomar uma importante decisão. Muitas famílias resolveram abandonar suas casas e seguirem com seus filhos para a Vila Progresso para que possam continuar seus estudos. Esse processo migratório, por um lado, esvaziou muitas comunidades tradicionais e, por outro, ocasionou um inchaço populacional na maior vila da região. Com isso, a sede do Distrito do Bailique, acabou tornando-se um espaço urbano e atraindo diversos problemas sociais das cidades, como a violência, prostituição, consumo de drogas, entre outros.

●●● CAPÍTULO XVII: NAS ONDAS DA RÁDIO



RÁDIO COMUNITÁRIA DO BAILIQUE: principal veículo midiático do Bailique

A comunicação do povo bailiquense sempre foi baseada na oralidade, no contato direto com o interlocutor ou por meio de recados. Com o processo de alfabetização, iniciado na década de 1940 e fortalecido na década de 1960, a comunicação escrita, como o bilhete e a carta, começou a fazer parte mais intensa na rotina daquele povo. No entanto, o primeiro aparelho de conteúdo midiático a surgir no Bailique foi o rádio. Não se tem registros do surgimento dessa mídia na região do Bailique, mas sabe-se que não surgiu na Vila Progresso. Embora essa vila tenha uma importância muito grande quanto à instalação de vários órgãos e serviços públicos, inclusive, tendo sido palco da primeira rádio do arquipélago, uma história que abordaremos neste capítulo.

O rádio foi o primeiro aparelho de transmissão midiática a chegar ao Bailique. Júlio Queiroz, o Julico, conta que foi o empresário Diógenes Lamas o primeiro dono desse tipo de aparelho na região. Em pouco tempo, o rádio abriu um canal direto do arquipélago com outra realidade. Pelas ondas do rádio a pilha, o espaço urbano era desenhado no imaginário do povo bailiquense. Por meio daqueles pequenos objetos podiam-se sinto-

nizar rádios do Pará e a Rádio Difusora de Macapá, que transmitiam em ondas médias. Houve então uma repentina mudança na vida das pessoas daquele lugar. O rádio começou a entrar nas casas das pessoas e a fazer parte da rotina de vida daquele povo, justamente porque se podia levar o pequeno aparelho para quase todos os lugares. A roça e a pescaria já não eram mais a mesma coisa. “Era muito gostoso trabalhar ouvindo o rádio”, reconhece Tereza Barbosa, moradora da Comunidade São João Batista.

O rádio não era apenas um instrumento de entretenimento, era o principal e quase único canal de contato com o meio urbano. Para muitas pessoas, o rádio passou a controlar o tempo. “A gente ouvia o rádio pra saber das horas. Nem precisava o radialista dizer a hora, bastava ligar e ver quem estava fazendo o programa que a gente já sabia”, conta Tereza. Parece que o surgimento do rádio fez com que os galos “cantadores da madrugada” perdessem sua popularidade. Em troca, surgiram os programas e a popularização dos locutores de rádio no Bailique. “De madrugada a gente não perdia o programa do Estefane Nauá, bem ele fazia um programa numa rádio do Pará. De manhã era o “Pai Véio e Pai D’égua” da Difusora, meio-dia ninguém perdia o “Alô, alô Amazônia e a noite era a Voz do Brasil”, relata Teresa.

Apesar desse contato do povo bailiquiense com a mídia de massa, a comunicação interna, dentro do arquipélago continuava deficiente. O rádio aproximou os ribeirinhos do contexto da cidade, mas não contribuiu para a integração das comunidades. Sabia-se mais do que acontecia em Macapá e no Pará do que no arquipélago. “Às vezes era mais fácil a gente ir para Macapá e colocar um recado na Rádio Difusora para algum parente aqui do Bailique, do que falar com ele aqui”, diz Antonio Barbosa, morador da Comunidade São João Batista. Mesmo com a dificuldade da locomoção até Macapá, os bailiquienses criaram instrumentos de interação com as rádios da capital. Tereza revela que “quando alguém ia para Macapá as pessoas aproveitavam e escreviam um monte de cartinhas para mandar para a Rádio Difusora”. Nas cartas pediam-se músicas e ofereciam para as pessoas do lugar.

Nesse sentido, a Rádio Difusora cumpria um papel muito importante de levar informação ao povo bailiquiense, principalmente através do programa “Alô, alô, Amazônia”. Um canal direto do povo da capital, ou que se encontrava em Macapá, com o povo do arquipélago. Só que este veículo não atendia as necessidades mais locais, mais urgentes, de interação, in-

tegração que aquele povo necessitava. Os pescadores e agricultores não tinham um serviço de comunicação para anunciar seus produtos e a população continuava sem saber o que acontecia dentro do arquipélago, em outras comunidades. Muitas vezes ouviam o que acontecia em Macapá, por meio da Rádio difusora, mas não sabiam sobre um importante serviço que seria prestado em uma determinada comunidade.

Na década de 1990, alguns líderes comunitários, por meio do Conselho Comunitário do Bailique, conseguiram montar uma rádio clandestina na Vila Progresso. E a partir daí, começou-se a produzir conteúdo midiático na região. Muitas pessoas das comunidades começaram a fazer uso do pequeno estúdio, montado nos mais diferentes lugares, inclusive no mato, para driblar a fiscalização. Era na antiga antena da Teleamapá que ficava a antena da rádio. A altura da torre ajudava a disseminar o sinal para as comunidades mais longínquas do arquipélago. Ali se falava de tudo e se tocava de tudo. Qualquer pessoa que chegasse, tinha seu espaço para anunciar seus produtos, para fazer uma declaração para seu amor ou mesmo contar piada.

Era uma forma bem rudimentar de se fazer programa radiofônico, mas todo mundo entendia e se fazia entender, porque quem estava ali, fazendo uso dos microfones da rádio era uma pessoa como qualquer outra dali. Não havia restrição de público ou de linguagem. A rádio estava a serviço do Bailique e de seu povo. Mas não demorou muito tempo para que a rádio clandestina do Bailique, com sua abrangência e popularidade, chamasse a atenção dos “poderosos da mídia”. Logo, começaram a surgir as perseguições da Anatel. E pouco tempo depois a rádio é tirada do ar. Em 1999, o Conselho Comunitário do Bailique – CCB chegou a pedir autorização para o funcionamento da rádio, mas até hoje o processo continua engavetado no Ministério das Comunicações.

Em 2004, Manoel do Socorro, venceu as eleições e se tornou presidente do CCB. É ele quem nos leva pela história da Rádio Comunitária. Manoel do Socorro é bailiquense, nascido em 1961, na Ilha do Curuá. Filho de Armando da Silva e Inês Monteiro, aos nove anos de idade deixou o Bailique. Fugiu de sua casa escondido dentro do barco de seu pai que fazia viagem a Macapá. Diz que foi a melhor besteira que já fez em toda a sua vida. Queria estudar, algo que nunca fizera em sua vida até então. Morava numa localidade distante da escola e a cada ano que passava, mais distante ficavam seus sonhos. Em Macapá, morando com o irmão, Manoel começou a

estudar e ali começou a traçar seu futuro. E entre tantos erros e acertos na vida, chegava ao Bailique para contribuir com seu povo.

Em 2005, logo após assumir a presidência do CCB, Manoel do Socorro entra com uma ação na Justiça Federal e ganha uma liminar expedida pelo Juiz João Bosco, autorizando o funcionamento temporário da rádio. Mais uma vez o povo bailiquiense ganha o direito de se expressar por meio das ondas da Rádio Comunitária do Bailique.

Com a rádio funcionando, o Conselho Comunitário solicitou do governo estadual a construção de um estúdio e a implantação de novos equipamentos. Foi quando a rádio ganhou seu estúdio fixo, devidamente estruturado para o seu funcionamento. O estúdio foi construído numa sala da Sede do Conselho, na Vila Progresso. Os equipamentos antigos foram entregues à Rádio Difusora para serem alocados no museu da rádio. E foi através da Rádio Difusora que Manoel do Socorro conseguiu um curso de capacitação de operador de áudio e de programação para seus técnicos, dando totais condições para o funcionamento efetivo da rádio.

Foi criada então uma diretoria, onde existia um diretor de programação que era responsável pela grade de programação, com seus horários definidos de acordo com a realidade local. “As igrejas católicas e evangélicas sempre gostavam de fazer programas à tarde ou à noite. E assim iam se encaixando, pra não prejudicar ninguém e ao mesmo tempo garantir o espaço de todo mundo”, conta Manoel do Socorro.

A rádio comunitária do Bailique tornou-se um importante instrumento de prestação de serviços à comunidade. “A comunicação da rádio ajudava no resgate de paciente, informes sobre a chegada e saída de embarcações para Macapá, sobre a chegada das equipes de governo. Para o comércio local, produtores, agricultores, pescadores anunciarem seus produtos, enfim”. Manoel do Socorro conta que a programação da rádio era bem diversificada, tinha programa para todo gosto. E os apresentadores vinham das mais diferentes comunidades e tinham autonomia na produção de seus programas. “Até eu fazia um programa lá, eu fazia a prece da Ave-maria. Eu gostei tanto do programa que eu fui estendendo a programação. Aprendi muito ali. Nunca passou pela minha cabeça fazer aquilo um dia”.

Para interagir com o público, a rádio possuía um telefone. Mas este instrumento de comunicação era limitado. Apenas os moradores da Vila Progresso que tinham telefone residencial ou as comunidades que tinham telefone público podiam se comunicar com os locutores. Por isso, a carta

era o meio mais usado pelo público para interagir com a rádio. No conteúdo, pedido de músicas, declarações de amor e solicitação de informação. Manoel do Socorro conta que chegavam a receber cartas até de moradores das ilhas vizinhas do Pará.

A rádio era tão íntima do público bailiquense que passou a fazer parte da vida daquele povo. Além de fazer a integração entre as comunidades, a rádio possibilitava o entretenimento do público e os mais diferentes serviços. Manoel do Socorro conta que uma vez ligaram da Comunidade de Igarapé Grande da Terra Grande pedindo resgate para um garoto que havia caído do cavalo e quebrado o braço. Mas como a água estava seca, era impossível chegar até lá. Manoel então convenceu o médico do Posto de Saúde da Vila Progresso a proceder os primeiros socorros por meio das ondas da rádio. “Ele orientou os pais a enfaixarem o braço do garoto e receitou remédio, até que o resgate do menino fosse providenciado. E isso evitou a infecção e garantiu que o garoto não tivesse maiores problemas. Foi uma atitude legal, porque nesse dia, centenas de pessoas acabaram aprendendo os primeiros socorros para esse tipo de acidente”, revela Manoel do Socorro.

Mas esse tipo de serviço e a rádio estavam com dias contados. No ano de 2009, a liminar judicial que mantinha a rádio no ar foi cassada. No seu lugar surgiu a Rádio Comunitária Liberta Bailique FM. No entanto, essa nova rádio, apesar de estar localizada no coração do Bailique, na vila Progresso, está longe demais da vida daquele povo. Em sua frente, quem passa de sandália ou mesmo descalço, como é costume local, tem vergonha de bater em sua porta de vidro. Talvez seja esse o sentido de tornar as pessoas tão pequeninas diante daquele “império”. Assim é mais fácil prover uma comunicação de mão única: “de cima pra baixo”.

Ali, os caboclos, pescadores, agricultores, ribeirinhos de forma geral, quase perderam a voz. A rádio produz sua programação em cima de ideologias políticas agressivas. O conteúdo é tendencioso e voltado para promoção de um determinado grupo político e perseguidor a seus adversários. Não abre espaço para o debate franco. Ideias contrárias à posição da rádio não são bem-vindas. E o jornalismo é caracterizado como aquele jornalismo de “gilete”, onde as informações são lidas dos jornais impressos da capital que disseminam a política editorial da rádio, carregadas de comentários ofensivos e tendenciosos. Muitas vezes a rádio serve como reprodutora de programas produzidos em cadeia e fora da realidade local, o que

gera apatia por parte do público.

Paulo Cambraia revela que a proliferação de rádios nessas regiões tem um propósito político. A rádio é um meio de comunicação que sabidamente, em muitas populações, cuja comunicação era extremamente oral, um importante instrumento de dominação, porque as pessoas não escrevem, mas elas ouvem, elas escutam a notícia, a música, ou seja lá o que for. E o processo de concessão dessas rádios passa por negociações políticas e interesses. “E você tem um processo em que as rádios que são instaladas nessas regiões pertencem a uma ou duas famílias e tal. Você tem aí um monopólio da informação e da construção de sufismos que vai, exatamente, dificultar ainda mais o diálogo e a construção de uma sociedade em que a população participe”.

Para Manoel do Socorro, “a nova rádio comunitária não tem mais aquele vínculo com a comunidade, como tinha a outra. Naquele tempo a coisa era voltada mesmo para a comunidade. Agora eu vejo uma rádio política. Uma rádio que distorce a informação, que não chega na comunidade aquilo que a comunidade quer ouvir”. O descontentamento com a rádio é tão forte por tudo o que a rádio não proporciona, a liberdade de expressão, que muita gente está preferindo adquirir rádios marítimos para instalar em suas residências. No arquipélago já existe uma rede de comunicação baseada nesse tipo de serviço. É por onde as informações locais estão circulando de modo mais livre e sem controle, já que as pessoas se comunicam umas com as outras sem a censura e intervenção de terceiros. Não se sabe a legalidade desse tipo de serviço, mas é uma forma alternativa que o povo criou para não ficar calado.

●●● CAPÍTULO XVIII: NOVOS E VELHOS TEMPOS



COMUNIDADE DE ITAMATATUBA: porta de entrada para o Arquipélago do Bailique

A Vila Progresso do Arquipélago do Bailique não é a comunidade mais antiga da região, contudo, é a mais estruturada e a mais populosa. Fundada pelas famílias Queiroz e Amanajás, Júlio e Cláudio foram protagonistas no processo de sua formação. Com uma localização privilegiada e atuação de seus líderes, o pequeno povoado foi abarcando as principais instituições e serviços públicos na região. Ganhou escola, posto de saúde e em pouco tempo já tinha o primeiro telefone público do arquipélago. Dessa forma, não demorou para ganhar status de Sede do Arquipélago do Bailique.

Apesar de seu constante crescimento, é à partir do final da década de 1990 e início de 2000 que a vila começa a receber uma grande quantidade de migrantes, vindo principalmente das comunidades mais longínquas da região. De acordo com os dados do IBGE, a população da Vila Progresso saltou de 431 pessoas em 2000 para 1.482 habitantes em 2010. Um crescimento populacional de mais de 240%. E a maior causa desse fluxo migratório para a Vila Progresso foi a construção, em 1998, da Escola Bosque. A primeira escola de Ensino Médio da região.

Esse processo migratório interno, verificado no Bailique na última década, vem esvaziando algumas comunidades bailiquienses. Algumas correm o risco de serem abandonadas. É o caso das comunidades de São Pedro do Bailique, Ilha Vitória, Igaçaba, para citar algumas delas. Famílias inteiras estão indo morar na Vila Progresso em busca de melhores oportunidades de trabalho e de estudo para os filhos. E esse intenso fluxo migratório tem acarretado um inchaço populacional e expandido a área da vila. Com isso, inúmeros problemas urbanos têm surgido ali. O aumento da violência e o consumo de drogas são alguns dos problemas visíveis. Situação que as autoridades competentes não enxergam ou fingem não ver, mas que está escancarada aos olhos de todo mundo.

Cambraia, professor e historiador da Unifap, afirma que o Bailique é um lugar em que a perspectiva no desenvolvimento da juventude é muito pequena. Nesse sentido, o limite daquela juventude é muito tênue porque a fronteira com a droga, com a gravidez precoce, com as doenças venéreas, é muito evidente justamente pela ausência do Estado. “O Estado está ausente na prevenção, o Estado está ausente na contenção, o Estado está ausente na divulgação. E a partir do momento que o Estado se ausenta dessas três esferas, transporta esse problema para a esfera policial e vai combater. Aí vai prender, vai bater, vai criminalizar... No caso do Bailique, por conta da constituição espacial desse lugar, eles não se diluem e acabam se tornando ainda mais evidentes”.

Enquanto algumas comunidades estão desaparecendo, outras estão crescendo ou sendo criadas. Assim como se verificou um alto fluxo migratório interno, das comunidades periféricas para a região central do Bailique, principalmente para a Vila Progresso, o arquipélago tem recebido muitos migrantes de outras regiões do estado e do Brasil. De acordo com o IBGE, o crescimento populacional do arquipélago do Bailique do ano 2000 até 2010 foi de 78%, saltando de 4.277 para 7.618 habitantes. O estado paraense é que tem mandado mais gente para morar no Bailique. Além de sua beleza e riquezas naturais, a criação de assentamentos na região tem sido o principal atrativo para os migrantes que ali chegam.

Em agosto de 2006, o Governo do Estado do Amapá criou quatro áreas de assentamento rural no Bailique. As ilhas contempladas foram Curuá, Franco, Marinheiro e Brigue. No total foram mais de 41.700 hectares de terras destinadas a esse projeto. Em 2014, as outras áreas restantes da Terra Grande e a Ilha do Franco, que hoje abarca a Ilha do Bailique, também

foram transformadas em assentamento. O fato é que quase 100% da área habitável do Bailique, atualmente, são áreas de assentamento rural. A justificativa do governo para a criação desses assentamentos foi possibilitar a população local acessar os créditos oferecidos pelo governo federal para esse fim. Muitas pessoas foram beneficiadas com recursos do Crédito Apoio Inicial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. Com esses recursos puderam adquirir equipamentos, máquinas e casas.

No entanto, a criação dos assentamentos trouxe à tona um grave problema na região, que é a questão fundiária. Verificou-se que todas as terras bailiquenses pertencem à União. Dessa forma, nenhuma pessoa, física ou jurídica, possui qualquer tipo de titularidade válida de terreno na região do Bailique. Com isso, a população tradicional que há anos ocupa o seu pedaço de chão, não possui posse legal do território que acreditava ter. Isso tem impedido os bailiquenses das áreas de assentamento a adquirir a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, que é o documento que identifica o agricultor familiar e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas e confere a estes o direito a acessar políticas públicas e financiamentos de créditos rurais. Pois todo o processo de assentamento promovido pelo Governo do Estado do Amapá foi feito sem a devida consulta ao Governo Federal.

Sobre essa questão fundiária, Cambraia, historiador da Unifap, diz que esse processo envolve a posse de terras, quer dizer o sujeito tem a posse das terras, mas não tem a titularidade. São donos de fato, mas não de direito. E isso está dentro de todo um processo político em que para os governantes, de maneira geral, não interessa legalizar isso, nem para o estado e nem para a federação, porque no final das contas essa é uma relação de dependência. Então, todas essas áreas federais que tem essa ocupação, que tem esse processo de concessão, que tem o posseiro ali, que tem a posse e tal, passa muito por essa visão distorcida da política que transforma isso numa moeda de troca. São promessas que tal político vai fazer isso ou aquilo e aí se elege por 4 anos, 8 anos, 12 anos e enfim.

O Grupo de Trabalho Amazônico – GTA, que desenvolve suas atividades no Bailique, tem promovido encontros entre as diferentes esferas políticas e envolvidas na questão fundiária do Bailique no sentido de tentar encontrar uma solução para resolver esse conflito. Pelos encontros e audiências realizadas entre os representantes do Governo do Estado, Governo Federal

e Ministério Público, verificou-se interesse pela solução do caso. Dessa forma, a população bailiquiense é que escolherá se os assentamentos do Bailique serão gerenciados pela União ou pelo Estado do Amapá. No entanto, até o momento nenhuma ação mais concreta foi feita para resolver o problema.

O GTA é uma organização social que vem atuando junto às comunidades do Bailique no sentido de promover um protocolo comunitário para a região. O objetivo é mapear as potencialidades econômicas do arquipélago e fornecer apoio para que a população possa gerir seu patrimônio natural, melhorando suas atividades econômicas e agregando valor à sua produção. Com isso, as comunidades poderão celebrar contratos e negócios junto às empresas. O grupo tem realizado oficinas, levantamentos e pesquisas na região. O trabalho é realizado junto com as lideranças de 37 comunidades que aderiram ao protocolo. “O passo inicial é fazer as comunidades se perceberem enquanto população tradicional e desejem participar do protocolo”, afirma Mariana, técnica de campo do GTA. Para Rubens Gomes, presidente do grupo, o objetivo é oferecer ao povo bailiquiense instrumentos para que possam alcançar a sua autonomia no gerenciamento de suas riquezas.

No entanto, esse não é um processo rápido. Junto aos projetos educacionais e sociais que contribuem para a construção de uma sociedade mais livre e democrática, surgem as ações politiquieiras da desconstrução que deturpam e alienam o pensamento e as ações coletivas. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o Conselho Comunitário do Bailique que, construído pelo povo, hoje serve como instrumento de manobra política.

Esse é o povo bailiquiense, ribeirinho, filho dos rios. Um povo que ainda possui uma estreita relação com a natureza. E isso pode ser percebido nos apelidos que aquela gente carrega: Jacaré, Tartaruga, Macaco, Pirarucu, Marreca... Bem que poderíamos estar falando da fauna brasileira, mas é de gente mesmo. Gente, muitas vezes esquecida no planejamento das políticas públicas e ausente das estatísticas oficiais da população brasileira.

Gente índio, gente negra, gente branca, gente mestiça. Gente que tinha e até hoje tem no rio, o seu maior meio de sobrevivência e, principalmente, de vivência, como acredita Paulo Cambraia, historiador da Unifap. Mas

que o Estado, com seu discurso de modernidade, tratou o rio apenas como uma questão de sobrevivência do ribeirão. “Então o caboclo precisa do rio porque ele sobrevive através dele. É uma visão extremamente limitada, porque não é só sobrevivência, é vivência. O sujeito vivencia aquilo, e a partir daquele rio ele constrói todos os seus laços de sociabilidade, de familiaridade. Então a importância do rio, a importância dessa vida ribeirinha aqui na Amazônia, no Amapá, no Bailique, pra estes sujeitos, um sujeito que nasceu nessa situação, é fundamental”, afirma Paulo Cambraia.

O povo bailiquense é assim, uma gente binominal, que guarda o seu nome de batismo nas gavetas e carrega à tira-colo o seu nome popular. Moradores de uma região ribeirinha, isolada dos centros urbanos pelo maior rio de água doce do mundo, o Rio Amazonas. Mas esse mesmo rio que isola, é também o que dá vida àquele povo. É por meio dos rios que toda fonte de riqueza daquele povo é transportada. De suas águas morenas vem o peixe. Para caçar também é preciso percorrer as margens dos rios. Os produtos da roça e da floresta, como o açaí, são escoados pelos rabetas. O que não é tirado das águas, com certeza, também passa pelos rios.

E foi por causa desse nomadismo, onde o ritmo da vida parece acompanhar o ritmo das marés, dos peixes, da caça que o ribeirão foi considerado um povo do atraso. Segundo Paulo Cambraia, na década de 1940, com a criação do território, com a institucionalização de um estado, houve um processo ou uma tentativa do estado de impor um modo de vida. Uma vida lastreada pela estrada, pela rodovia. E esse é um fenômeno que está ligado à indústria do automóvel. “E essa coisa do território trouxe essa ideia lá de cima, essa coisa da rodovia estar associada ao desenvolvimento, à modernidade e os rios estar associados ao atraso, à escuridão, à dificuldade e tal. Então, a partir daí houve todo um investimento por parte do estado em tentar descaracterizar ou desmerecer um modo de vida que tinha no rio o seu grande lastro porque possibilitava ao sujeito não só a sobrevivência porque era lá que ele pescava e saía para caçar. Era lá que ele ia atrás dos frutos para extração, para a coleta, enfim. Mas também um modo de vida, onde o sujeito não só sobrevivia, mas vivia a partir dos rios”, relata Paulo Cambraia.

Esse é o Bailique, um arquipélago localizado na foz do maior rio do mundo. Mas esse mesmo rio já não é mais soberano naquela região. Hoje suas ilhas já não bailam no ritmo de suas águas. Agora, é o Rio Araguari que movimenta as marés no Arquipélago. Com a seca de sua foz, o Ara-

guari tem despejado suas águas dentro do Bailique, provocando a expulsão das águas do Rio Amazonas e criando um grande desastre natural. Com as fortes correntezas, o arquipélago vem sofrendo um intenso processo de erosão. Comunidades inteiras estão desaparecendo por conta da caída de terras. Um problema que ninguém sabe de onde vem, mas as consequências já são sentidas por todos que vivem ali.

Esses foram os olhares que conseguimos captar durante nossa aventura pelo Bailique. Depois de uma intensa e longa viagem, iniciada no dia primeiro de outubro de 2014 a bordo do barco União, é hora de refazer as malas, subir o rio e voltar. O caminho de volta ainda é o mesmo e as ondas do gigante amazônico ainda continuarão a embalar nosso barco, mas a bagagem trazida, essa nunca mais será esvaziada de tantas histórias para contar. As doze horas de percurso até o Bailique foram apenas segundos diante do temporal que conseguimos trilhar em apenas uma semana de trabalho. Uma viagem pela memória dos “Guardiões do Tempo do Bailique”. Foram eles que guiaram nosso percurso nessa desafiadora caminhada. Com eles, reconstituímos imagens de um tempo que não volta mais. Foram horas de relatos adormecidos e distantes da nova geração. Um conhecimento que poderia e pode ajudar os atuais bailiquienses a se encontrarem no tempo e valorizarem mais a sua história, a sua cultura, o seu espaço.

O presente livro-reportagem apresenta uma viagem pela história do Bailique, arquipélago que fica a cerca de 12 horas e barco da área urbana de Macapá. Uma história que tem sido transmitida e contada oralmente e que, por isso mesmo, tem se perdido no tempo e também a cada vez que os “guardiões” que carregam esses vestígios na memória terminam seu ciclo de vida naquela terra.

Na região conhecemos personagens que nos guiaram pela linha do tempo do distrito macapaense. Uma viagem que nos fez navegar pelos mais remotos momentos da história do Bailique, contada por aqueles que viveram ou ouviram alguém contar. E esses fragmentos constituídos de olhares, muitas vezes pessoais, formaram o conteúdo desta grande reportagem. Um trabalho que procura compreender a realidade atual do arquipélago dentro de um contexto histórico mais amplo, aprofundado e atual.

Trata-se de um Projeto Experimental produzido como trabalho de conclusão do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. No entanto, muito mais do que constituir um trabalho acadêmico, o livro-reportagem pretende ser uma contribuição para o registro escrito da história do Bailique.

